

Evento internacional

**IX Fórum PPGDT e III Seminário
Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Seropédica – 18 a 20 de setembro de 2024

**Desenvolvimento, gênero e
intersecções nos territórios**
Caderno de Resumos

PAISAGENS
HÍBRIDAS

Evento Internacional

IX Fórum PPGDT e III Seminário

Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

18 a 20 de Setembro de 2024

Desenvolvimento, gênero e intersecções nos territórios

Caderno de Resumos



**PAISAGENS
HÍBRIDAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Dr. Roberto de Souza Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. José Luis Fernando Luque Alejos

Diretor Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Rodrigo Amado dos Santos

Diretor do Instituto de Geociências

Prof Dr. Alexis Rosa Nummer

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PPGDT

Profa. Dra. Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO

Prof. Dr. André Santos da Rocha

Nota: Esta produção foi financiada em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001



UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO



PROPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação



PPGDT



CNPq

CAPES

Copyright @2024, dos autores

O conteúdo de todos os textos é de responsabilidade de seus autores correspondentes.

441 Desenvolvimento, gênero e interações nos territórios / Organizadores

Denise de Alcantara; Márcio Rufino Silva; Sandra Ornelas e Gabriel

Lima. - - Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2024.

95 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-69970-42-2

1. ARQUITETURA-PLANEJAMENTO URBANO 2 SOCIOLOGIA

I Título II. Alcantara, Denise de III Silva, Márcio Rufino IV. Ornelas, Sandra

V. Lima, Gabriel

CDD: 720

CDU: 72

Desenvolvimento, gênero e intersecções nos territórios

Caderno de Resumos

IX Fórum PPGDT e III Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro

18 a 20 de Setembro de 2024

Organizadores

Denise de Alcantara

Marcio Rufino Silva

Sandra Ornellas

Gabriel Nava Lima

Editoração

Gabriel Nava Lima

Sandra Ornellas

Projeto Gráfico

Paisagens Híbridas

Capa

Vanessa Cristina dos Santos Silva

Apoio Institucional

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em Geografia



IX Fórum Ppgdt e III Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: desenvolvimento, gênero e território

Realização

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Coordenação Geral

Prof. Dra. Denise de Alcantara Pereira

Coordenação Adjunta

Prof. Dr. Marcio Rufino Silva

Comissão Organizadora

Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento
Denise de Alcantara Pereira
Fausto Pereira Rocha Pitta de Azevedo
Gabriel Nava Lima
Isabelle Sampaio de Araujo
Luany Barros e Xavier
Marcio Rufino Silva
Nicolas Raline de Souza
Sandra Maria Pinheiro Ornellas
Thiago Luis Santos Silva

Comitê Científico

Adriana Gomes do Nascimento
André Santos da Rocha
Ariel Garcia
Carla Hirt
Denise de Alcantara Pereira
Doriane Azevedo
Evânio dos Santos Branquinho
Flávia Elaine da Silva Martins
Francisco Clébio Rodrigues Lopes
Giselle Megumi Martino Tanaka
Heitor Soares de Farias
Ines Isidoro
Leandro Dias de Oliveira
Lourdes de Fatima Bezerra Carril
Lucia Helena Pereira da Silva
Marcio Rufino Silva
Marcio Silva Borges
Maurílio Lima Botelho
Tatiana Cotta Gonçalves Pereira
Vicente del Rio

Mediadores das Mesas e STs

Carla Hirt
Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento
Denise de Alcantara Pereira
Gabriel Nava Lima
Heitor de Farias
Luany Barros e Xavier
Lucia Helena Pereira da Silva
Marcio Rufino Silva
Roberta Arruzzo
Sandra Ornellas
Tatiana Cotta Gonçalves Pereira
Wanderson César dos Santos

Apoio Técnico

Aline Almeida Santos
Ana Carolina da M. Nascimento Souto
Bruna Letícia Figueira de Assis
Christian da Costa Baptista
Evelyn Mendes de Miranda
Gabrielle Siqueira
Helena Tavares de Lima
Laura Gabrielle da Silva
Layla da Silva Nogueira
Lylían Pimentel Dias
Maria Julia Sotero de Souza
Patrick Oliveira de Miranda
Robert Richard Barbosa Tito
Vitoria Ingrid Pereira Sebastião Oliveira

Equipe de Vídeo-Conferência

Hexagon Tecnologia
Felipe de Moraes
Victor Celestino

Apresentação	12
Programação Completa	16
Conferências Pré-Evento I	19
Planificación y Gestión Territorial en un Contexto de Incertidumbre. El Caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires	19
Conferências Pré-Evento II	20
Reescalamento e metamorfose metropolitana. Desafios conceituais, metodológicos e para a intervenção territorial	20
Conferência Inaugural I	21
Mirella Saldaña Almazán	21
Conferência Inaugural II	22
Flávia Nascimento	22
Mesa Redonda 1	24
OMRJ e perspectivas socioculturais e ambientais	24
História fundiária da Fazenda Nacional de Santa Cruz: do sistema de sesmarias à Regularização Fundiária - 1567 a 2021	24
Para além do muro: o Pantanal Iguaçuano e as tentativas de apagamento dos territórios periféricos	24
Flona Mário Xavier: Uma Floresta Construída no OMRJ	25
Mesa Redonda 2	27
Corpos dissidentes no território	27
Territorios periféricos y desigualdad de género: los impactos de las políticas de desarrollo en la Argentina actual	27
Qual território aceita corpos trans?	28
Pessoas Transexuais e Travestis em Ação na UFRRJ	28

Mesa Redonda 3	30
Registros historiográficos e territórios	30
História e Historiografia da Baixada Fluminense	30
Por uma geografia histórica da urbanização do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro	31
Por uma análise do “avesso do bordado”: Apontamentos sobre a questão agrária no Oeste metropolitano do Rio de Janeiro (Séculos XX e XXI)	32
Mesa Redonda 4	33
Planejamento, território e corpo	33
Quando o corpo ainda não é casa: lutas contra vulnerabilidades territoriais em corpospaçotempo	33
Reimaginando o Habitat: a análise crítica do planejamento com foco nas intersecções entre classe, gênero, raça e colonialidade.	34
Entrelaçamento corpo-território e ancestralidade indígena na construção de sertões diversos	35
Mesa Redonda 5	36
Movimentos e organizações sociais	36
Federação das Associações de moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri - FAMEJA	36
Movimento Sociais e participação em conselhos de Política Urbana	37
Mesa Redonda 6	38
Direitos Humanos e Interseccionalidades	38
Os movimentos feministas no enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres no Brasil	38
Como se constrói a violência contra a mulher e o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento	39
Interseccionalidade e a prática dos atendimentos	39
Sessão Temática: Políticas públicas e planejamento territorial	41
Urbanização e os problemas socioambientais urbanos em Moçambique-África	41
Cotas raciais, território e democratização do acesso ao Ensino Superior: desdobramentos da Lei nº 12.711/2012 na UFRRJ-Campi Seropédica	43

Autodeterminação e Obstáculos à demarcação de territórios tradicionais no Brasil:	
Estudo Preliminar	44
Cancun brasileira: preservação da natureza e “turistificação” do Espaço da ESEC Tamoios (Angra dos Reis/Paraty-RJ)	46
Da efetivação dos direitos fundamentais de refugiados em Nova Iguaçu-RJ à necessidade de criação de políticas públicas no âmbito municipal	48
Estudo de caso: Nova Friburgo pós mega desastre de 2011-Análise das políticas públicas para redução de desastres frente a eventos climáticos extremos	49
Energia Solar para comunidades rurais no Amapá: perspectivas de desenvolvimento	51
Relatos de uma atividade extensionista: a assessoria jurídica popular em Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados)	53
A expansão dos Institutos Federais (IFs) e a formação de capital humano no Rio Grande do Norte: o olhar sobre a inserção no mundo do trabalho	55
Acessibilidade de pessoas com deficiência no transporte público intermunicipal de Nova Iguaçu: um estudo sobre os principais marcos legais e normativos	58
Sessão Temática: Perspectivas socioculturais e ambientais	60
Mapeamento participativo da Flona Mário Xavier: Análise do conceito de lugar e conservação ambiental	60
Aplicação da realidade virtual imersiva em Unidades de Conservação da Baixada Fluminense	62
Dos parques-fortaleza aos parques-de-diversão: Parques Nacionais e mercantilização de bens naturais	63
Sessão Temática: Gênero e Interseccionalidades no território	67
Mobilidade e Vida Urbana em Campo Grande: uma perspectiva feminina	67
Passado, presente e expectativa de futuro da Educação profissional: a experiência PRONATEC/CTUR	69
Eu quero botar meu bloco na rua: a luta feminista no carnaval de rua	70
A lei Maria da Penha 11.340/06: um olhar a partir da comunidade indígena do Oiapoque	72

Participação das Mulheres na UFPB: desafios e conquistas	74
O Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): a construção de uma rede de cuidado psicossocial para mulheres em situação de violência no município de Itaguaí/RJ	76
A sub-representação de mulheres nas Câmaras de Vereadores dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	77
Interseccionalidades em prática: a violência contra a mulher no município do Rio de Janeiro	79
Territórios da maternidade: notas e apontamentos sobre maternidades marginalizadas	80
O luto como capital político: as redes de mães de vítimas de violências do Estado na cidade do Rio de Janeiro	82
Sobre os autores	84
Conferências e Mesas Redondas	84
Sessões Temáticas	90

IX Fórum do PPGDT e III Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro Desenvolvimento, gênero e intersecções nos Territórios

Apresentação

A nona edição do Fórum do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT – e a terceira edição do Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (SOMRJ), seguem em seu terceiro biênio mantendo a colaboração entre o PPGDT e o Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO. A temática geral desta edição do evento conjunto aborda questões de gênero e interseccionalidade concernentes aos processos de produção do espaço urbano, periurbano e rural, incluindo aquelas relacionadas ao planejamento e às políticas públicas de desenvolvimento territorial e regional. De modo amplo, objetiva-se promover e aprofundar essas questões e avaliar como se refletem nas desigualdades e injustiças das realidades sociais dos territórios perimetropolitanos, os mais afetados pelas mudanças climáticas, e suas interfaces e rebatimentos regionais. O Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, onde nos inserimos, mantém-se no debate com abordagens plurais sobre os temas da área PLURD. As questões metropolitanas e seus desdobramentos no desenvolvimento local, territorial, metropolitano e regional se alinham, considerando as interseccionalidades e impactos socioeconômicos, socioambientais e socioculturais em casos no Brasil e na América Latina.

Em 20 de junho de 2024, foi realizada, no Auditório Hilton Salles, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica, a “Mesa redonda pré-evento: intersecções urbanas territoriais”, indicada como “atividade de ocupação presencial”, no contexto da greve dos técnicos e docentes nos institutos e universidades federais brasileiras no primeiro semestre desse ano. O evento contou com a presença de dois conferencistas, ambos

provenientes da Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina: Prof. Msc. Iliana Mignaqui, apresentando o tema “Planificación y Gestión Territorial en un Contexto de Incertidumbre. El Caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires” e, em seguida, o Prof. Dr. Pablo Ciccolella, apresentando o tema “Reescalamento e metamorfose metropolitana. Desafios conceituais, metodológicos e para a intervenção territorial”.

O evento principal foi realizado nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2024, pela primeira vez realizado em modo híbrido, após a pandemia de Covid-19, e sediado igualmente no Auditório Hilton Salles, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, em Seropédica. Isso tornou possível a presença física de pesquisadores e público, juntamente àqueles que de forma remota participaram do evento. Buscamos ainda uma aproximação dos parceiros internacionais - Universidade Autónoma de Guerrero (UAGro), do México, e a Universidad Nacional del Sur (UNS), da Argentina, entre outros - fomentando a integração entre discentes e docentes das três instituições vinculadas, entre outras, promovendo diálogos e intercâmbios sobre temáticas aderentes ao desenvolvimento sustentável. O evento consistiu em conferências e palestras com convidados nacionais e internacionais, e representantes das várias instâncias acadêmicas, institucionais e sociais.

Igualmente de forma inédita, a organização abriu submissões de resumos expandidos que foram avaliados pelo Comitê Científico por pares, distribuídos em três Eixos temáticos:

Eixo 1: Perspectivas socioculturais e ambientais

Eixo 2: Políticas públicas e planejamento territorial

Eixo 3: Gênero e interseccionalidades no território

Os trabalhos submetidos e aprovados foram organizados em Sessões Temáticas, que incluíram apresentações das dissertações dos egressos e concluintes dos dois programas. Tanto nas Mesas quanto nas sessões estimulava-se o debate e a integração das comunidades acadêmicas nacionais, latino-americanas e de outros continentes, como África.

No dia 18 de setembro, no período matutino, houve duas Sessões Temáticas sobre Políticas públicas e planejamento territorial. A primeira sessão teve como debatedora a mestrand Luany Xavier. A

segunda sessão teve como debatedor o professor Gabriel Nava Lima. No período vespertino foram realizadas duas atividades: a Mesa Redonda 1 a Conferência de Abertura do Congresso, composta pela Prof. Dra. Mirella Saldaña Almazán e pela Defensora Pública Flávia Nascimento, tendo como debatedora a Mestranda Representante Discente da turma 2023, Sandra Ornellas. Também no período vespertino foi realizada a Mesa Redonda 1, com o tema “OMRJ e perspectivas socioculturais e ambientais”. Fizeram parte da mesa como palestrantes Prof. M.Sc. Edite Moraes da Costa, Daniela Martins Barbosa e a Prof. Dra. Karine Bueno Vargas. A Mesa teve como debatedor o Prof. Dr. Heitor de Farias.

No dia 19 de setembro, no turno matutino, foi realizada a Sessão Temática “Perspectivas socioculturais e ambientais”, cujo debatedor foi o Prof. Marcio Rufino Silva. Neste mesmo dia, no período matutino aconteceu a Mesa Redonda 2 - “Corpos Dissidentes no Território”. Participaram da Mesa as professoras Bárbara Aires Oliveira, Joyce Alves da Silva. A Prof. Dra. Roberta Arruzzo foi a debatedora que terminou de compor a mesa. No período vespertino foram realizadas mais duas Mesas Redondas: a Mesa Redonda 3, com o tema “Registros historiográficos e territórios” e a Mesa Redonda 4, que abordou o tema “Planejamento, território e corpo”. A Mesa 3 foi composta pela Prof. Dra. Lucia Silva, pelo Prof. Dr. Marcio Rufino Silva e Prof. Henrique Dias Sobral Silva. A mesa teve como debatedora a Prof. Dra. Tatiana Cotta. Já a Mesa 4 foi composta pelos Profs. Drs. Diana Helene Ramos e Adriana Gomes do Nascimento e Damião Esdras Araújo Arraes. O debate da mesa foi estruturado pela Prof. Dra. Denise de Alcantara.

No dia 20 de setembro, no período matutino, foram realizadas duas sessões temáticas como o tema “Gênero e interseccionalidades no território”. As sessões tiveram como debatedor o Prof. Dr. Carlos Sarmiento. No turno vespertino, foram realizados as últimas mesas e o encerramento do evento. A Mesa Redonda 5 teve como tema “Movimentos e organizações sociais”, e foi composta por Maria Lucia Gomes dos Santos e por Esdras da Silva, ambos representantes dos movimentos sociais locais e envolvidos com atuações junto às gestões públicas de Seropédica e Japeri, respectivamente. A mediadora do debate foi a Prof. Dra. Carla Hirt. Ainda no período vespertino aconteceu a Mesa Redonda 6, com o tema “Interseccionalidade e segurança pública”. Fizeram parte da mesa a Psicóloga Cristina

Fernandes e Paulo César da Conceição. A mediação do debate foi realizada por Wanderson César, Mestre pelo PPGDT.

A forma como as temáticas foram debatidas durante os três dias do Fórum demonstraram a importância da realização de eventos que mesclam pesquisadores e a sociedade civil, uma vez que trazem à ribalta temas que devem ser explorados de forma sistêmica pela academia e debatidos de forma incisiva no meio social.

Programação Completa

IX FÓRUM PPGDT E III SEMINÁRIO OESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO 18 a 20/09/2024 - PROGRAMA COMPLETO

Data		Hora	Atividade	Palestrantes	Debatador	
18/09 - Quarta-Feira	08:00h às 10:00h	Credenciamento e boas-vindas				
	08:30h às 10:00h	ST: Políticas públicas e planejamento territorial 1			Luany Xavier	
	10:30h às 12:00h	ST: Políticas públicas e planejamento territorial 2			Gabriel Nava	
	12:00h às 13:30h	Intervalo para Almoço				
19/09 - Quinta-Feira	13:30h às 15:30h	Mesa Redonda 1. OMRJ e perspectivas socioculturais e ambientais			Edite Moraes da Costa Daniela Martins P. Barbosa Karine Bueno Vargas	Heitor de Farias
	15:30h às 16:00h	Intervalo para café				
	16:00h às 16:30h	Mesa Institucional			PROPPG, Direção ICSA e IGEO Coordenação PPGDT e PPGGEO Coordenação do Evento	Sandra Ornellas
	16:30h às 18:00h	Conferências Inaugurais			Flavia Nascimento Mirella Saldaña Almazán	
	08:00h às 10:00h	Credenciamento				
	08:30h às 09:30h	ST: Perspectivas socioculturais e ambientais			*ver tabela anexa	Marcio Rufino Silva
	10:30h às 12:00h	Mesa Redonda 2. Corpos Dissidentes no Território			Bárbara Aires Oliveira Joyce Alves da Silva Maria Agostina Costantino	Roberta Arruzzo
	12:00h às 13:30h	Intervalo para Almoço				
	13:30h às 15:30h	Mesa Redonda 3. Registros historiográficos e territórios			Lucia Silva Marcio Rufino Silva Henrique Dias Sobral Silva	Tatiana Cotta
	15:30h às 16:00h	Intervalo para café				
20/09 - Sexta-Feira	16:00h às 18:00h	Mesa Redonda 4. Planejamento, território e corpo			Damião Esdras Araújo Arraes Diana Helene Ramos Adriana Gomes do Nascimento	Denise de Alcantara
	08:30h às 10:00h	ST Gênero e interseccionalidades no território: 1				
	10:30h às 12:00h	ST Gênero e interseccionalidades no território: 2			*ver tabela anexa	Carlos Sarmento
	12:00h às 13:30h	Intervalo para Almoço				
	13:30h às 15:30h	Mesa Redonda 5. Movimentos e organizações sociais			Maria Lucia Gomes dos Santos Esdras da Silva	Carla Hirt
	15:30h às 16:00h	Intervalo para café				
16:00h às 18:00h	Mesa Redonda 6. Interseccionalidade e segurança pública			Leila Barsted Cristina Fernandes Paulo César da Conceição	Wanderson César	
18:00h	Encerramento			Coordenação do Evento		

SESSÕES TEMÁTICAS

Sessão Temática		Título do trabalho	Palestrante
18/09	Políticas públicas e planejamento territorial 1	Urbanização e os problemas socioambientais urbanos em Moçambique - África.	Abdul Luis Hassane et al.
		<p> Acessibilidade de pessoas com deficiência no transporte público intermunicipal de Nova Iguaçu: um estudo sobre os principais marcos legais e normativos. Cotas raciais, território e democratização do acesso ao Ensino Superior: desdobramentos da Lei nº 12.711/2012 na UFRJ - Campi Seropédica e Nova Iguaçu. Estudo de Caso: Nova Friburgo pós mega desastre de 2011 - Análise das políticas públicas para redução de desastres frente a eventos climáticos extremos. Relatos de uma atividade extensionista: a assessoria jurídica popular em Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados). </p>	Vanderlan L. de Souza Filho Ana Claudia da Silveira Aleixo Maria Isabel Rumeo da Costa Naomy Campobelo F. da Silva
19/09	Políticas públicas e planejamento territorial 2	<p> A expansão dos Institutos Federais (IFs) e a formação de capital humano no Rio Grande do Norte: o olhar sobre a inserção no mundo do trabalho Da efetivação dos direitos fundamentais de refugiados em Nova Iguaçu - RJ à necessidade de criação de políticas públicas no âmbito municipal. Cancun Brasileira: Preservação da Natureza e "Turistificação" do Espaço da ESEC Tamoios (Ingra dos Reis/Paraty/RJ). Autodeterminação e Obstáculos à Demarcação de Territórios Tradicionais no Brasil: Estudo Preliminar. Energia Solar para Comunidades Rurais no Arquipé. Perspectivas de Desenvolvimento. </p>	Rodrigo E. de S. Almeida Kaline de Oliveira Iyrão Bruna Soloima M. Machado Ananda Meinberg Bevacqua Martinho F. G. de Oliveira
		<p> Pescadores e populações caiçaras da região Costa Verde Fluminense: Uma pesquisa exploratória sobre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local. Dos parques-fortaleza aos parques-de-diversão: Parques Nacionais e mercantilização de bens naturais. Mapeamento participativo da Flona Mário Xavier: Análise do conceito de lugar e conservação ambiental. Aplicação da Realidade Virtual Imersiva em Unidades de Conservação da Baixada Fluminense. </p>	Wagnor Sérgio Pedro de Mattos Gonçalves Maiara Rabello Pereira Paulo H. Zuzarte Ferreira
20/09	Gênero e Interseccionalidades no território 1	<p> Eu quero é botar meu bloco na rua: a luta feminista no carnaval de rua. Territórios da maternidade: notas e apontamentos sobre maternidades marginalizadas. Interseccionalidade em Prática: A Violência contra a Mulher no Município do Rio de Janeiro. O luto como capital político - As redes de mães de vítimas da violência do Estado na cidade do Rio de Janeiro. </p>	Clara Maduell Gómez Vitória de Oliveira Tavares Samara Ruzza Som Luciano Viviane Nascimento de Oliveira
		<p> Mobilidade e Vida Urbana em Campo Grande. Uma perspectiva feminista. A sub-representação de mulheres nas Câmaras de Vereadores dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Participação das Mulheres na UFPB: desafios e conquistas. A Lei Maria da Penha 11.340/06: um olhar a partir da comunidade indígena do Oiapoque. O Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): a construção de uma rede de cuidado psicossocial para mulheres em situação de violência no município de Itaguaí/RJ. Passado, Presente e Expectativa de Futuro da Educação Profissional: a experiência do PRONATEC/CTUR </p>	Ana Carolina Cruz M. Aguiar Luany Barros e Xavier Fabrícia Sousa Montenegro Dinaldo Silva Júnior Francis Lucia Firmino Araujo Ana Maria Araújo da Silva



CONFERÊNCIAS

Planificación y Gestión Territorial en un Contexto de Incertidumbre. El Caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires

Ilana Mignaqui

Incertidumbre, velocidad e impredecibilidad de los cambios caracterizan el actual contexto de gestión territorial. Las crisis del capitalismo desde el último cuarto del siglo XX y sus impactos territoriales han afectado a la teoría urbana y al Estado como promotor del desarrollo urbano. El papel del capital corporativo en la producción del espacio, así como el peso creciente de las tecnologías de información y comunicación, inciden en la reconfiguración de los territorios acentuando las desigualdades territoriales históricas. Polarización social, desigualdad y segregación socio-territorial, injusticia ambiental, son algunas de las manifestaciones de estas crisis. En este contexto aparecen nuevas demandas urbanas (globales y locales) que interpelan las escalas de análisis e intervención territorial, planteando nuevos desafíos para la planificación y gestión urbana. Partimos del supuesto que el Estado ha modificado su papel en materia de desarrollo territorial en función de los intereses globales generando las condiciones políticas, administrativas, fiscales y económicas para el despliegue y desarrollo del capital corporativo (fundario, productivo, inmobiliario, financiero) en el territorio. El objetivo de esta comunicación es presentar las dinámicas territoriales de la Región Metropolitana de Buenos Aires desde los años 2000, las políticas públicas en curso y debatir una agenda de Planificación territorial posible.

Reescalamento e metamorfose metropolitana. Desafios conceituais, metodológicos e para a intervenção territorial

Pablo Ciccolella

En los contextos recientes de pandemia, pospandemia y crisis global multidimensional, las ideas sobre la ciudad, las escalas y formas de acción sobre el territorio, se ven interpeladas y redimensionadas por los nuevos escenarios. Así, los procesos de metamorfosis metropolitana y la formación de megarregiones, constituyen un nuevo estadio del proceso de producción del espacio que responde a dinámicas y lógicas del capitalismo contemporáneo. Constituyen un salto de escala y formas territoriales emergentes en la configuración del espacio que se han fortalecido tras la pandemia del COVID-19. El reescalamiento de la producción del espacio urbano pone en cuestión las políticas públicas y en particular las falencias de la planificación y el ordenamiento territorial, al permitir la preeminencia del capital inmobiliario-financiero, alimentando procesos especulativos en el uso, apropiación y valorización del suelo. Ello se va intensificando en el desarrollo y profundización de la economía de plataformas digitales que, una vez más contribuyen a transformar la relación sociedad-espacio y ponen en evidencia las dificultades del Estado para gestionar los aspectos negativos que ello genera en términos socioterritoriales. La fuerza del capital corporativo en todas sus formas, la ambivalencia del Estado en todas sus dimensiones, los cambios tecnológicos, los cambios en los estilos de vida, y las tendencias de relocalización generadas en la pospandemia; confluyen en alterar la forma, estructura y función de distintas escalas territoriales e impulsan la expansión de la producción privada de la ciudad sobre nuevos territorios, más allá de las habituales coronas metropolitanas.

Mirella Saldaña Almazán

Las consecuencias de la problemática ambiental la sufrimos mujeres y hombres, no de igual manera, las mujeres son más vulnerables ante estas problemáticas, tienen menor acceso al agua y a los recursos naturales, de ahí la importancia de la perspectiva de género en las políticas ambientales e integrar los conocimientos de las mujeres en su diversidad, por ejemplo en diferentes informes, declaraciones, y planes de acción internaciones ni siquiera se nombraba el concepto de “mujer” solo se utilizaba “hombre”; actualmente se está trabajando por reconocer el rol de la mujer al cuidado en el cuidado del medio ambiente. Según la Real Academia Española define a la mujer como fuerte, resuelta y osada; existen definiciones diversas, pero muchas de ella coinciden que la mujer es cuidadora, en el hogar, en el trabajo o en el espacio que pise. Las mujeres tienen un rol muy importante frente al cuidado del medio ambiente de manera formal o informal; en las comunidades y zonas rurales están frente al hogar, usan y cuidan los recursos naturales como fuente de alimentación y para cuidar la salud de ellas y sus familias, el estar cerca y en contacto con el medio ambiente las sensibiliza en su cuidado y protección; en las zonas urbanas muchas mujeres están trabajando en movimientos sobre el cuidado del ambiente, implementando acciones para conservar los recursos naturales. Todas ellas son referentes de la conservación y la preservación del medio ambiente.

Flávia Nascimento

São muitos os desafios para a garantia do acesso à justiça às mulheres indígenas, quilombolas e moradoras de territórios conflagrados, que enfrentam impactos diferenciados da violência devido às suas condições específicas. Apesar dos avanços legislativos que consolidam direitos historicamente negados às mulheres, o desenvolvimento de políticas públicas, bem como a aplicação das leis de maneira neutra perpetua a exclusão desses grupos. As violências que essas mulheres vivenciam são estruturais, ligadas ao racismo, à desigualdade social e à marginalização territorial, o que agravam ainda mais a dificuldade de acesso à justiça e aos direitos fundamentais, tendo em vista que esse grupos de mulheres são atingidos de forma desproporcional pela violência, tendo suas realidades moldadas por fatores como a discriminação racial, a precariedade no acesso a serviços essenciais, e a vulnerabilidade imposta por contextos de conflitos territoriais. Para essas mulheres, as políticas públicas e a atuação das instituições do sistema de justiça precisam ir além da perspectiva de gênero, adotando uma abordagem interseccional que leve em conta as múltiplas formas de opressão que sofrem. É essencial reavaliar práticas institucionais, garantindo seus direitos e a construção de uma justiça verdadeiramente equitativa.



MESAS REDONDAS

História fundiária da Fazenda Nacional de Santa Cruz: do sistema de sesmarias à Regularização Fundiária - 1567 a 2021

Edite Moraes

Este trabalho realiza um levantamento de leis e decretos agrários com o objetivo de apresentar as diferentes formas de acesso à terra na Fazenda Nacional de Santa Cruz, que serviram de base para o Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2021, para o georreferenciamento dos lotes rurais, análise de documentos e memorial descritivo, no processo de Regularização Fundiária para reconhecer ou titular os atuais ocupantes, para o total desmembramento da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Utilizamos como principal fonte o Vade Macum Agrário (INCRA, 1985) e os livros de registros da Superintendência da Fazenda Nacional de Santa Cruz (INCRA/RJ).

Para além do muro: o Pantanal Iguaçuano e as tentativas de apagamento dos territórios periféricos

Daniela Martins P. Barbosa (Dani Luz)

O presente trabalho pretende apresentar elucidações acerca dos processos de apagamento dos territórios simbólicos e diabólicos da região do Pantanal Iguaçuano, remontando questões históricas,

identitárias e de conflitos sociais, cujas confluências deságuam na urgência de voz e visibilidade das populações que coexistem e resistem em territórios periféricos. O Pantanal Iguaçuano é uma região ribeirinha localizada numa Área de Proteção Ambiental (APA GUANDU ACU) e que fica situada na divisa entre Nova Iguaçu e Seropédica em Lagoinha (“km 39”), numa das periferias da Baixada Fluminense. Possui uma área com um ecossistema bastante peculiar e uma biodiversidade muito rica, contrapondo os graves problemas de ausência de políticas públicas, injustiça ambiental, racismo ambiental, machismo estrutural, descaso e invisibilidade pelo poder público. Há poucos meses, foi dado início a uma construção de um muro às margens do Rio Guandu, sem a realização de uma consultoria pública. Tal ação transpassa questões estéticas, e viola os direitos de existência e coexistência da população local. Onde, as relações afetivas do território corpo e as violações ao meio ambiente, são embotadas pelo ideal de expansão capitalista.

Flona Mário Xavier: Uma Floresta Construída no OMRJ

Karine Bueno Vargas

A Floresta Nacional Mário Xavier (FLONA MX) localizada no eixo central do município de Seropédica, pertencente ao Oeste Metropolitano (OMRJ) é carregada de perspectivas socioculturais e ambientais desta sua origem em 1945 como Horto Florestal de Santa Cruz. Foi criada na era Vargas para o desenvolvimento florestal brasileiro e regional, trazendo o reflorestamento como bandeira do serviço ambiental, sendo produzidas mudas de espécies arbóreas para o reflorestamento urbano de muitas cidades brasileiras, concomitantemente ao reflorestamento de sua área, sendo plantadas espécies nativas e exóticas pelas mãos de muitos pioneiros do município, em uma extensão de aproximadamente 496 hectares. Após 79 anos desde sua criação, o que vemos atualmente é uma floresta múltipla, com uma vegetação densa em seu núcleo central, mas rarefeita em seu entorno, diante as pressões antrópicas que são impostas a uma floresta urbana periférica. Esta floresta não é mais focada em produção de mudas, e sim na conservação da natureza, se

enquadrando como unidade de conservação desde 1986, sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação, o qual encontra-se enfraquecido tanto pela contenção de recursos orçamentários quanto pelo baixo número de servidores, fato que influencia nos objetivos das UCs, frente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diante as fragilidades socioambientais destas áreas destinadas a conservação em nosso país, verifica-se que as universidades podem colaborar positivamente na gestão compartilhada destes territórios, como para as demandas advindas dos planos de manejo, entre elas educação ambiental, uso público e monitoramento de riscos e da biodiversidades, tornando-as laboratórios a céu aberto para pesquisa, ensino e extensão, prática esta realizada pelo Programa de Extensão Guarda Compartilhada Flona Mário Xavier, vinculado ao Departamento de Geografia e Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro deste 2018, o qual vem colhendo ótimos resultados, que serão apresentados IX Fórum PPGDT e III Seminário OMRJ.

Mesa Redonda 2

Corpos disidentes no território

Territorios periféricos y desigualdad de género: los impactos de las políticas de desarrollo en la Argentina actual

Agostina Costantino

La crisis del capital a nivel mundial, que se arrastra desde hace más de una década, há provocado una profunda reestructuración económica global. En la búsqueda de soluciones, los territorios de la periferia mundial han sido instrumentalizados como fuentes de recursos y mano de obra barata, intensificando su explotación para revitalizar las economías centrales. Este proceso ha tenido un impacto desproporcionado em términos de género, ya que las mujeres en estas regiones periféricas enfrentan condiciones laborales precarias, con mayor informalidad y cargas de trabajo no remunerado, perpetuando la desigualdad y la explotación. En este contexto de crisis, el libertarianismo económico ha emergido como una propuesta radical que promueve la desregulación del mercado y la reducción del Estado, presentándose se como una solución al estancamiento económico. En Argentina, Javier Milei, un defensor prominente de estas ideas, ha ganado notoriedad al proponer políticas que buscan liberar al mercado de cualquier intervención estatal, bajo la promesa de generar prosperidad y crecimiento. Sin embargo, estas políticas, al igual que las estrategias de explotación de los territorios periféricos, tienden a exacerbar las desigualdades existentes. En particular, al dismantelar las redes de protección social y fomentar un modelo económico basado em la competencia extrema, el libertarianismo profundiza la precarización de las mujeres y otros grupos vulnerables. En lugar de ofrecer una salida justa de la crisis, este enfoque corre el riesgo de agudizar las desigualdades, tanto a nivel de género como en la relación entre el centro y la periferia global.

Qual território aceita corpos trans?

Bárbara Aires

Pensando que uma das definições de território é “área de município, distrito, estado, país etc.” e que para o direito território é “extensão ou base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania e que compreende todo o solo ocupado pela nação, inclusive ilhas que lhe pertencem, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías, portos e tb. A faixa do mar exterior que lhe banha as costas e que constitui suas águas territoriais, além do espaço aéreo correspondente ao próprio território.” pessoas trans estão em qual território? Minha ideia é trazer uma reflexão sobre acessos, desde o mais básico, aos territórios e como é ser uma pessoa trans em determinados espaços.

Pessoas Transexuais e Travestis em Ação na UFRRJ

Joyce Alves

A palestra partiu da premissa de que a população de transexuais e travestis historicamente são alijadas de processos que garantam a sua cidadania, como direito à cidade, à educação e à saúde. Tal processo de desumanização desses corpos resulta, de acordo com dados da Antra (2023) em pouco acesso à Educação (em torno de 70% de pessoas trans não conseguem concluir a educação básica; e somente 0,02% de estudantes de universidades públicas são trans/travestis); à empregabilidade, uma vez que 90% de mulheres trans e travestis trabalham na prostituição, por falta de opção; e no pouco acesso ao sistema de saúde, o que dificulta que essa população tenha suas demandas específicas, como terapia hormonal e cirurgias de afirmação de gênero atendidas de forma segura. Como forma de buscar possibilidades que rompam com esse ciclo de violências e vulnerabilidades que assolam a população trans, foram apresentadas na palestra várias ações empreendidas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cujo objetivo era garantir a permanência e a dignidade dessa população ao longo de sua trajetória universitária. Dentre as ações, destacam-se o uso do nome social, criação do

banheiro neutro, campanhas de sensibilização e de prevenção à violência e a política de reserva de vagas para pessoas transexuais e travestis que foi regulamentada na UFRRJ, tanto na graduação como na pós-graduação. Tal ação afirmativa pode projetar outros futuros possíveis para corpos que ainda são subalternizados pelo patriarcado e pelo racismo. Portanto, é imprescindível que as instituições promovam ações efetivas de inclusão e de garantia de cidadania para essa população, por meio do diálogo, do trabalho coletivo e do protagonismo de pessoas transexuais e travestis.

Mesa Redonda 3

Registros historiográficos e territórios

História e Historiografia da Baixada Fluminense

Lucia Helena Pereira da Silva

A Baixada Fluminense é uma sub-região da Região Metropolitana, área contigua da cidade do Rio de Janeiro que foi formada a partir de um processo de ocupação urbana acelerada na segunda metade do século XX com características de periferia. A historiografia que se detém sobre este processo buscou criar uma linearidade com base na relação identitária da população atual com os seus territórios (enquanto chão). A região emerge discursivamente como um lugar apto a ser apropriado urbanamente pela metrópole no final dos anos de 1940, junto com a “febre dos loteamentos e das emancipações”. Contar uma História da periferia implica em articular processos heterogêneos (sociais e econômicos locais) dos últimos 50 anos, que a própria população não valoriza por desconhecimento. Baixada como periferia não tem história, não só porque é necessário a mediação com a metrópole, mas porque internamente é muito fragmentada, visto que as histórias dos municípios não dialogam entre si. Utilizando a pergunta da Spivak (2010), pode o subalterno falar? A resposta é sim, e no caso da Baixada, há uma historiografia consolidada que carrega todas as tensões que podem ser vistas discursivamente na análise do processo de ocupação.

Por uma geografia histórica da urbanização do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro

Marcio Rufino Silva

Em nossa exposição, almejamos explorar as conexões possíveis entre os ritmos e processos da urbanização do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (OMRJ) e seus condicionantes histórico-territoriais. Para tanto, mobilizamos, a partir dos diálogos possíveis entre a geografia e a histórica, ensaiando um exercício de geografia histórica ou geo-história, elementos teóricos, analíticos, metodológicos e epistemológicos para compreender a afirmação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e, mais especificamente, do OMRJ, em uma complexa arquitetônica espaço-temporal de longa duração. Aprofundando ainda mais essa hipótese, almejamos expor elementos da gênese do Rio de Janeiro metropolitano, reconhecendo que, ao menos desde a transição da República Velha (1889-1930) à primeira Era Vargas (1930-1945), diversas estratégias no campo político, econômico e social foram se compondo na estruturação primeva de uma arquitetônica metropolitana. O estudo dessa gênese estaria ancorado, assim, em dois pilares fundamentais: a gênese da propriedade no OMRJ e das tramas de institucionalidades entrecruzadas nessa mesma região. E, no esteio de tudo isso, a constituição de suas formas sociais críticas contemporâneas. Dando seguimento e aprofundando alguns pressupostos do projeto anterior de nossa autoria, intitulado “O curto-circuito metropolitano”, encerrado no início de 2024, esta nova proposta almeja mapear o espectro, no âmbito da vida cotidiana, das formas sociais críticas desdobradas do “curto-circuito metropolitano” e da “modernização retardatária” no OMRJ. Compreendendo que, nas pesquisas anteriores, concebemos que essa região se apresenta como um “laboratório” social avançado do que denominamos constituir-se como a “forma miliciana”, o objetivo principal desta nova etapa de nossa pesquisa, cujas hipóteses serão apresentadas nesta exposição, será voltar-se às formas cotidianas dessa morfologia socioespacial. Por fim, esclarecemos que essa “forma social” predominante nesse território se coloca também no campo das disputas. Ou seja, defendemos que a dialética entre a dominação e a apropriação seguem constituindo a tessitura desse espaço socialmente instituído.

E é por essa razão que a busca de outros sentidos e significados dessa urbanização também serão problematizados e colocados à baila em nossa exposição.

Por uma análise do “avesso do bordado”: Apontamentos sobre a questão agrária no Oeste metropolitano do Rio de Janeiro (Séculos XX e XXI)

Henrique Dias Sobral Silva

A presente comunicação tem por objetivo explorar possíveis nuances de pesquisa nas ciências humanas e sociais sobre a questão agrária no Oeste metropolitano da capital do Estado do Rio de Janeiro. Para essa tarefa propõem-se um percurso reflexivo que parte da identificação desse complexo território em especial ao longo do século XX até o tempo presente, de modo que seja possível vasculhar em seus múltiplos sujeitos, terras, processos socioculturais e econômicos, nuances da questão agrária. Entendendo-a como um conjunto de reflexões sobre a estrutura da propriedade e da produção que tem como elementos de destaque a terra, o capital e a mão de obra. No campo teórico, pretende-se executar essa comunicação partindo de uma abordagem da História Social, valorizando o dissenso e disputando espaço com uma argumentação vigente de um suposto Oeste metropolitano unicamente industrial e/ou violento ou ainda dormitório de trabalhadores/as da capital, sendo necessário acessar o “avesso do bordado” para que se alcancem outras nuances dessa tessitura crítica que segue sendo construída por pesquisadores/as de distintas áreas do saber, marcando a posição da existência de uma questão agrária na região em estudo. Nesse sentido, serão acionados registros de época como mapas de produção agrícola, discursos políticos, periódicos e imagens que colaborem com o entendimento da questão agrária no Oeste da capital fluminense. Ao final, espera-se que as temáticas em debate despertem atenção científica, interesse, indignação e mobilizem cada vez mais esforços na escrita de novas histórias sobre essa porção do Estado.

Mesa Redonda 4

Planejamento, território e corpo

Quando o corpo ainda não é casa: lutas contra vulnerabilidades territoriais em corpospaçotempo

Adriana Gomes do Nascimento

Tratar da corporeidade na atualidade permanece um enorme desafio. Num tempo em que ter consciência de gênero, raça, etnia e classe demanda cada vez mais responsabilidade e compromisso com a existência e o agir em diferentes frentes, o trabalho do planejamento territorial mantém seu papel crucial, exigindo a complexa inclusão de outros sentidos e orientações negadas, conforme abordado por Ana Clara Torres Ribeiro e suas reflexões sobre os sujeitos corporificados. A corporeidade entendida e trazida como uma das primeiras dimensões territoriais, também enfatizado artisticamente por Lygia Clark em “A casa é o corpo” de 1968, coloca o corpo de sujeitos humanos em evidência. Colocar os sujeitos humanos ou corporificados em pé de igualdade entre si e ainda com os da natureza, numa posicionalidade corpo-natureza, é outro desafio premente. Socialmente ainda não são reconhecidas as diferentes formas para lidar com ambos, e nem o entendimento de que não há apenas um mais importante nas relações. Para existirmos, tem que ser simbioticamente. Necessitamos de coexistência e respeito para que haja vida. A violência e a degradação têm matado e miserabilizado simbolismos e existências, territorialmente. Que soberania territorial é possível, sem essa compreensão? Que tipos de planejamento são necessários para isso? As reflexões trazidas neste trabalho buscam contribuir para avançarmos nos debates multi, inter e transdisciplinares, interseccionais e multiespécies que atravessam o planejamento territorial no mundo contemporâneo, também

alicerçados por debates decoloniais, contra-coloniais, abolicionistas, políticos, históricos e rebeldes.

Reimaginando o Habitat: a análise crítica do planejamento com foco nas intersecções entre classe, gênero, raça e colonialidade.

Diana Helene Ramos

Neste trabalho, será abordada a interseção entre corpo, arquitetura, urbanismo e as dinâmicas que moldam a sociedade capitalista em sua relação conjugada entre classe, raça e gênero. Analisaremos como a morfologia urbana capitalista - desde as redes de infraestrutura urbana até a constituição da casa unifamiliar, monogâmica e cis heterossexual - atua como uma tecnologia de controle social e de reafirmação de desigualdades, regulando relações dicotômicas entre público e privado, coletivo e doméstico, trabalho e moradia, ser humano e natureza, homens e mulheres, brancos e não-brancos, entre outras.

Contrastaremos essas formas de organização espacial com exemplos contra-hegemônicos, como projetos de mutirões autogeridos em loteamentos habitacionais de movimentos sociais de luta por moradia, que desafiam a normatividade e promovem práticas coletivas e comunitárias. A partir desses exemplos, propõe-se uma reflexão sobre as possibilidades de “viradas epistemológicas” por meio de teorias feministas, interseccionais e decoloniais, que desafiam as formas hegemônicas de produção do conhecimento e da prática arquitetônica e urbanística, abrindo espaço para uma organização espacial que contribua para a construção de um mundo onde prevaleça a coletividade, a justiça social, a autonomia e a diversidade.

Entrelaçamento corpo-território e ancestralidade indígena na construção de sertões diversos

Esdras Arraes

A história da produção de territórios que configuram os sertões do Nordeste tem, em alguma medida, centrado suas reflexões no significado econômico de políticas desenvolvimentistas. Esquece, ou, no mínimo, desconsidera as dimensões corporal e etnográfica que fundamentam a formulação de territórios caracterizados por sua diversidade humana, paisagística e simbólica. Nesse aspecto, esta comunicação busca lançar luz no entrelaçamento entre o corpo, as ancestralidades indígenas e a natureza na configuração de sertões múltiplos, para além dos juízos que lhes foram historicamente imputados sob a égide de adjetivações negativas como “inerte”, “vazio”, “rústico” e “monótono”. Com efeito, se se estuda a intersecção entre corpo, natureza e ancestralidade indígena, a diversidade se apresenta como qualificativo dos sertões. Para responder a essa hipótese, ainda que de maneira não peremptória, e a fim de traçar horizontes tangíveis para o entendimento empírico dos sertões, recorre-se à abordagem interdisciplinar e interseccional como aporte metodológico. A interseccionalidade propõe estudar o território inter-relacionado com categorias de classe, gênero, ambiente, poder, economia, sensibilidade e memória. Em termos de interdisciplinaridade, enfoca-se os estudos decoloniais da Arquitetura, Urbanismo, Antropologia e Geografia.

Mesa Redonda 5

Movimentos e organizações sociais

Federação das Associações de moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri -FAMEJA

Esdras da Silva

A participação Social como ferramenta da gestão democrática é defendida nos instrumentos da Política Urbana. No entanto, temos enfrentado no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro diversos retrocessos e desafios na garantia desses direitos, a exemplo a extinção por decreto de conselhos federais da administração pública no governo anterior e a restituição dos mesmo no governo atual, no Estado do Rio de Janeiro podemos citar a exclusão da sociedade civil indicada na 1ª Conferência Metropolitana, realizada em Niterói, em 2018 de modo ascendente para participar do Conselho Consultivo da Região Metropolitana, que tem com o “objetivo de assegurar a participação da população no processo de planejamento e tomada de decisões, bem como no acompanhamento da execução de serviços e atividades relacionadas às funções públicas de interesse comum”, que foram substituídos por indicações direta do governador sem qualquer discussão a nível estadual. Dificuldades na participação como as explicitadas acima são a realidade também em muitos municípios. Em Japeri, município do Oeste Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro os desafios colocados não são diferentes. A construção da participação da População no Conselho de Política urbana do município se deu com avanços e retrocessos, visto que a publicação da legislação do Conselho da Cidade de Japeri só foi possível em 2017, após denúncia movida pela Sociedade Civil a órgão de controle, um ano após sua aprovação na Câmara Municipal. No entanto na contramão da “paralisação” da participação social na Política Urbana a nível nacional’

o município buscou da participação social na Política Urbana a nível nacional' o município buscou continuidade e efetividade na discussão de seu território, movida pela luta da Sociedade Civil visto a necessidade de Revisão do Plano diretor do ano de 2006, que tinha previsão de revisão no ano de 2014 por dispositivo próprio e em 2016 por dispositivo da Lei da Política Urbana e que no entanto só teve sua revisão efetivada em 2019, com participação ativa da sociedade civil Japeriense, que também conquistou com a revisão a inclusão do zoneamento rural ausente no Plano anterior e requerida pelo Movimento Social.

Movimento Sociais e participação em conselhos de Política Urbana

Maria Lúcia Gomes dos Santos

Esta apresentação compartilha o vasto conhecimento e experiência, adquiridos ao longo dos anos de ativismo social, sobre o funcionamento dos conselhos municipais, explicando como qualquer cidadão pode participar e contribuir, o papel do conselheiro e os diferentes cargos existentes nesses importantes espaços de decisão. Além disso, são oferecidos relatos e vivências como praticante ativa de religiões de matriz africana, atuando pelo Instituto de Cultura e Religião Afro-Brasileira (ICRAB), uma organização que, desde 1999, atua com pessoas em situação de vulnerabilidade, promovendo o acesso à justiça e valorizando as culturas de matriz africana na região. Desde seu registro oficial em 2011, o instituto tem sido um pilar de apoio para a comunidade, oferecendo orientação jurídica, apoio psicológico e oportunidades de formação para jovens e adultos. Entre os temas a serem abordados, destaca-se a importância de reconhecer os sinais de racismo e suas manifestações diárias, desde o cotidiano até as esferas institucionais. Em uma abordagem sensível, reitera-se o impacto psicológico e social nas pessoas que vivenciam essa discriminação, trazendo à discussão atravessamentos que revelam a urgência de um olhar atento e solidário da sociedade.

Mesa Redonda 6

Direitos Humanos e Interseccionalidades

Os movimentos feministas no enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres no Brasil

Leila Barsted

Os esforços dos movimentos feministas em todo o mundo e os diversos tratados internacionais deram visibilidade à violência de gênero contra as mulheres, definindo-a como uma violação de direitos humanos. Considerada como a discriminação que afeta mais seriamente a qualidade de vida das mulheres e meninas, essa violência gera insegurança e medo, além de sofrimentos físicos, mentais, sexuais, coerções e outras formas de privação do direito à liberdade. No entanto, persiste e se manifesta sob as mais diversas formas.

Importante resgatar a incidência dos movimentos feministas no Brasil que atuaram como atores políticos sobre o Estado, em especial a partir do processo de redemocratização na década de 1980. Esses movimentos têm sido capazes de advogar pela ampliação de direitos; articular-se com outros movimentos sociais em amplas frentes contra a violência de gênero, pelo acesso das mulheres à justiça e às políticas públicas. A Lei Maria da Penha é um dos exemplos dessa histórica mobilização que se iniciou ainda sob a ditadura militar na década de 1970.

Como se constrói a violência contra a mulher e o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento

Paulo César da Conceição

Os múltiplos fatores presentes na relação entre homem e mulher estão fortemente vinculados com a sociedade em que vivemos, onde as relações de gênero são construídas e pautadas nas distinções hierárquicas e patriarcais que acabam gerando desequilíbrio, propiciando o uso da violência para a manutenção dos privilégios e do poder por parte dos homens. Numa tentativa de compreender como o fenômeno da violência contra a mulher se estabelece, discorreremos sobre os processos socializadores de meninos e homens e o quanto eles contribuem para a perpetuação das violências. Com a pretensão de trazer para o debate o papel do estado na elaboração de políticas públicas para o enfrentamento dessas violações, traremos a público o que vem sendo desenvolvido e a efetividade dessas políticas no cotidiano das pessoas.

Interseccionalidade e a prática dos atendimentos

Cristina Fernandes

Os espaços especializados de atendimentos de mulheres em situação de violências interpessoais, sobretudo a doméstica e a intrafamiliar, têm um compromisso com os direitos humanos e, portanto, com o enfrentamento das violências, com a percepção de segurança na pólis. Para tanto, as intervenções profissionais devem manter a observância no contexto sócio cultural histórico e ao singular a pessoa atendida e seus atravessamentos.



SESSÕES TEMÁTICAS

Urbanização e os problemas socioambientais urbanos em Moçambique-África

Abdul Luis Hassane

Nina Simone Vilaverde Moura, Paulo Roberto R. Soares, Tânia Marques

Strohaecker, Pedro Fernando Donça

A ciência geográfica permite estudar vários problemas encontrados por ela, considerando a complexidade dos problemas sociais e ambientais existentes nas cidades (MENDONÇA, 2009). A problemática urbana vem ganhando grande dimensão pela concentração da população nas cidades. Atualmente, esse problema ocupa posição de destaque nas discussões e decisões sociais, econômicas, políticas, científicas e tecnológicas. Apesar dos avanços das ciências e das tecnologias, as condições de vida das populações urbanas ainda apresentam diversos problemas decorrentes, principalmente das diversidades socioeconômicas e ambientais (Silva et al. 2014). Os problemas urbanos estão associados à migração e à industrialização e vêm sendo motivados pelo inchaço das cidades e o aumento da população em áreas urbanas, que na maioria dos casos não possuem infraestrutura urbana, e nem planejamento urbano com capacidade para suprir a demanda. A geografia das cidades nos dá uma reflexão profunda da desigualdade no ambiente urbano e seus graves problemas sociais, consequências de fatores econômicos, políticos e culturais, todos resultados da própria transformação da paisagem urbana (Barbosa, 2009). O planejamento e gestão urbana das cidades emergem como uma necessidade presente na busca de soluções para a questão da qualidade de vida, moradia, ocupação segura e a gestão adequada dos ambientes urbanos (Medeiros, 2013). Segundo estudos feitos pela ONU (2019), mais de 50% da população mundial já vive em centros urbanos e, até 2030, esse número deve subir para 70%, sendo

que, no mesmo ano, a população mundial será de aproximadamente 8,6 bilhões. A urbanização na África tem sido intensa e rápida e trouxe consequências negativas para muitos países do continente (Sotaria et al. 2019). O continente africano tem menos de 1/3 de sua população vivendo em áreas urbanas. O aumento da população urbana acarreta o crescente desequilíbrio entre as necessidades dos moradores e a capacidade dos governos de propor soluções para o desenvolvimento ordenado dos centros urbanos (Puntel et al. 2019). O crescimento das cidades de forma não planejada causa diversos problemas tais como: o abastecimento de água e energia, a escassez de saneamento básico, a ocupações inadequadas, a falta de estrutura para a mobilidade urbana, o aumento dos resíduos sólidos, a poluição, a falta de segurança, a sobrecarga dos serviços de saúde, a violência, a exclusão social, a desigualdade social, a criminalidade, entre outros.

Esta realidade é também observada em Moçambique, embora os problemas ambientais urbanos em locais específicos não sejam significativos a nível nacional e incluem a pressão da população urbana. A expansão das cidades moçambicanas de forma desordenada não é sustentável, aumentando cada vez mais os assentamentos informais, somada às políticas de gestão urbana ineficaz. Diante desta problemática, propõe-se refletir sobre que estratégias podem ser usadas para minimizar os problemas socioambientais urbanos nas cidades Moçambicanas? Nesta perspectiva, é notória a preocupação dos geógrafos em apontar e analisar os problemas ambientais urbanos, na busca de soluções, paradoxos e desafios. Os problemas ambientais urbanos em Moçambique envolvem o comprometimento dos recursos naturais das cidades e se associam à precarização de vida das populações urbanas e nas cidades grandes os problemas urbanos são maiores que nas médias e pequenas.

Este artigo serve de um subsídio na elaboração de instrumentos de urbanização, planejamento e gestão urbana para minimizar os problemas ambientais urbanos e melhorar as condições de vida da população e qualidade social e ambiental no meio urbano. Consistiu em revisão bibliográfica e foi empregada a combinação das seguintes palavras-chave: processo de urbanização em Moçambique e problemas ambientais urbanos.

Referências

- BARBOSA, Valter L.: Nascimento Júnior, A. F. Paisagem, ecologia urbana e planejamento ambiental. **Revista Geografia** (Londrina) v. 18, n. 2, 1-16 P. 2009. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/3286>. Acesso em 05 /11/2023.
- MEDEIROS, Paulo. C. **Gestão Ambiental das Cidades**. Instituto Federal do Paraná - Educação a distância-Curitiba-PR. 136 p. 2013. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1379/Gestao%20Ambiental%20das%20Cidades.pdf?sequence=1>. Acesso em 22 /10/2023
- ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> Acesso em 15 /12/2023.
- SILVA, J. A. B.: BARROSO, R. DE C. A.: RODRIGUES. A. J.: COSTA, S. S.: FONTANA, R. L. M. Á urbanização no mundo contemporâneo e os problemas ambientais. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, 2 (2), p. 197–207, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1723/964>. Acesso em 17 /11/2023

Cotas raciais, território e democratização do acesso ao Ensino Superior: desdobramentos da Lei nº 12.711/2012 na UFRRJ-Campi Seropédica

Ana Cláudia da Silveira Aleixo

O presente trabalho, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da UFRRJ, se situa no cenário das políticas públicas de ação afirmativa no ensino superior, especificamente a política de cota racial expressa na Lei nº 12.711 de 2012. Considerando as desigualdades no acesso à educação superior, visando desestruturar as desigualdades sociais e raciais acumuladas ao longo dos séculos, começou-se a implementar o sistema de cotas sociais e raciais nas instituições de ensino superior. Mesmo variando de uma unidade para a outra, as universidades públicas brasileiras adotaram essa política pública visando suas demandas regionais, bem como possíveis investimentos de melhorias e implementação. A partir deste cenário, considerando a pauta da democratização do acesso à educação superior, bem como a autonomia universitária no processo

de adoção e implementação do sistema de cotas a partir de resoluções próprias, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) adotou a Lei de Cotas em novembro de 2012.

A presente pesquisa busca contextualizar o debate de políticas públicas de ações afirmativas; analisar a trajetória das políticas de cotas no Brasil e o debate acerca da Lei de Cotas; refletir sobre a importância do reconhecimento da atuação do Movimento Negro no processo de luta por políticas públicas de ações afirmativas; historicizar a Política de Cotas na UFRRJ a partir da Lei de Cotas e realizar um mapeamento comparativo da concentração e origem territorial dos alunos antes e após a implementação da Lei nº 12.711/2012 na UFRRJ. Neste contexto, a proposta da pesquisa se concentra em uma análise espacial, apresentando um panorama territorial da Lei nº12711/2012 na UFRRJ, no período compreendido entre 2003 à 2022, nos campi Seropédica e Nova Iguaçu, visando responder em que medida um dos efeitos da Lei de Cotas possibilitou a inserção da população local na Instituição, ajudando esta IFES a se integrar no território na qual ela faz parte.

Autodeterminação e Obstáculos à demarcação de territórios tradicionais no Brasil: Estudo Preliminar

Ananda Meinberg Bevacqua

O discurso hegemônico do desenvolvimento, direcionado aos países periféricos no pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionou um modelo excludente e predatório, que ignora as particularidades sociais e ambientais de cada localidade. A partir da década de 1970, a questão ambiental ganha destaque, culminando no conceito de Desenvolvimento Sustentável, que reconhece os limites da natureza para o desenvolvimento. Nesse contexto, povos e comunidades tradicionais (PCTs) se consolidam como protagonistas na gestão ambiental, detendo saberes ancestrais e práticas sustentáveis. Convenções Internacionais, como a Convenção da Diversidade Biológica – CDB e a Organização Internacional do Trabalho -OIT, ao

reconhecerem a importância desses grupos para a produção de biodiversidade e como referência de uso sustentável dos recursos naturais, tencionam os Estados Nacionais. No Brasil, embora a Constituição Federal (CF) de 1988, reconheça os direitos à terra, à cultura, à autodeterminação e à participação nos processos de decisão que afetam a vida de PCT's, e a Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015) proteja os direitos sobre o conhecimento tradicional associado à biodiversidade garantindo que esses povos e comunidades tenham o direito de participar da gestão e de se beneficiar da exploração comercial de seus saberes ancestrais, faltam mecanismos que impulsionem e garantam o direito a autodeterminação e a reprodução dos modos de vida dos PCT's. Esse trabalho teve como objetivo identificar alguns entraves à autodemarcação. O resultado aqui exposto é preliminar de um estudo em andamento. Foram identificados 8 obstáculos fundamentais a autodeterminação por PCT's, são ele:

1. Falta de Reconhecimento Legal: A autodemarcação não é reconhecida pela legislação brasileira e a demarcação de territórios tradicionais é regulamentado por leis e normas e conduzida pelo Estado, com a participação de PCT's, e não prevê a autodeterminação;
2. Resistência do Estado: Resistência dos órgãos responsáveis pela demarcação de terras;
3. Pressões Externas: Os territórios ocupados por PCTs no Brasil são frequentemente alvo de interesses externos, como a exploração de recursos naturais, a grilagem de terras e a expansão da fronteira agrícola. A autodemarcação, ao dar autonomia aos povos na gestão de seus territórios, gera resistência de grupos com interesses econômicos na região;
4. Falta de Recursos e Apoio: Faltam recursos financeiros direcionados a apoio à estudos técnicos necessários para realizar a autodemarcação;
5. Dificuldades de Comunicação e Interação: entre os PCT's e as instituições governamentais, o que dificulta o processo de autodemarcação e a defesa dos direitos;
6. Desconhecimento e Preconceito: A falta de conhecimento sobre a cultura e a história dos povos tradicionais, além do preconceito e da discriminação;

7. Ausência de Políticas Públicas: A falta de políticas públicas específicas para apoiar a autodemarcação dificulta o processo e a garantia de seus direitos;

8. Conflitos Internos: Conflitos internos na comunidade pode a levar a desmobilização e perda de capital social e político. Os obstáculos apresentados são também caminhos para a mudança de modelo de desenvolvimento no País.

O Estado tem por obrigação oportunizar relações econômicas e ambientais sustentáveis e, fomentar e sustentar medidas de autodemarcação pode auxiliar a cumprir esse objetivo, assim como com os acordos o qual é signatário e a CF.

Cancun brasileira: preservação da natureza e “turistificação” do Espaço da ESEC Tamoios (Angra dos Reis/Paraty-RJ)

Bruna Soloina M. Machado

O desmonte e sucateamento das políticas ambientais no Brasil é uma questão que vai além dos governos e partidos políticos. A formação socioespacial do país é pautada na exploração da natureza. A visão do meio ambiente como recurso se perpetua por diferentes modelos, configurando anos de sucessivas ações de afronta às políticas ambientais com um projeto econômico neoliberal que faz com que as medidas de preservação da natureza obedeçam a essa lógica. Entende-se que, diante dessa conjuntura, a não preservação e priorização da questão ambiental no Brasil são escolhas políticas. Nesse sentido, cabe pensar sobre as Unidades de Conservação, suas fragilidades e potências frente às políticas que avançam e trazem insegurança para esses territórios. Há uma extrema pressão sob as UC's, em que muitas vezes são vistas como inúteis ao desenvolvimento econômico ou improdutivas.

A criação do SNUC consolidou-se como um avanço para a área ambiental, mas datados 24 anos de sua criação, é de suma importância atualizar os estudos sobre as áreas protegidas e suas lacunas frente aos interesses políticos. A fragilidade dessas áreas protegidas

atravessa a questão de partido político, uma vez que, o modelo neoliberal que oprime a conservação da natureza é robusto, entranhado e histórico no mundo.

O debate aqui proposto é pensar sobre como o turismo têm feito avançar a pauta de flexibilização das restrições dos limites das UC's. Avaliar como o turismo relaciona-se com a proteção (ou não) do meio ambiente. Visto que, essa atividade é frequentemente usada como possibilidade para o desenvolvimento econômico aliado a uma ilusória proteção ambiental. É relevante a forma como essa dinâmica de mercantilização da natureza incide sobre as políticas de conservação da natureza principalmente nos desdobramentos do paradigma do desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2019). O turismo está quase sempre à frente das justificativas e “soluções” dos projetos de flexibilização da legislação ambiental, fazendo contraponto sobre essa “natureza intocada” (DIGUES, 1996).

A presente pesquisa consiste em analisar o caso da Estação Ecológica de Tamoios, localizada em Angra dos Reis e Paraty/ RJ – a qual sofreu pressão política direta do governo federal para a sua extinção, em favor da produção do espaço turístico, que contempla várias ilhas na Baía da Ilha Grande, constituindo um projeto de “Cancún Brasileira”.

Têm-se a hipótese que, apesar do turismo poder ser um aliado fundamental na conservação da biodiversidade, na proteção e regeneração do nosso planeta, na realidade, muitas vezes o que se tem é o aumento da devastação, ilegalidade e inconstitucionalidade na realização de tais projetos que são considerados como “avanços da legislação”.

Nesse contexto de arranjos políticos que inserem cada vez mais a participação da iniciativa privada, o turismo figura como componente fundamental, em que a conservação da natureza é justificada e legitimada no contexto político neoliberal. As áreas protegidas são elementos-chave para a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. No momento do mundo em que os eventos extremos climáticos são cada vez mais frequentes, pensar criticamente que tipo de ações vem sendo tomadas torna-se ainda mais necessário. Além disso, reconhecer que o turismo, associado ao prefixo “eco”, se mascara e reveste no paradigma do desenvolvimento sustentável e faz confrontar a preservação ambiental.

Da efetivação dos direitos fundamentais de refugiados em Nova Iguaçu-RJ à necessidade de criação de políticas públicas no âmbito municipal

Kaline de Oliveira Lyrio

O presente estudo nasce com o cenário global do crescente número de pessoas em situação de deslocamento forçado, contudo com o foco para a análise de implementação de políticas públicas que auxiliem a integração de imigrantes e refugiados no âmbito de competência municipal. A implementação de políticas públicas de acolhimento requer um processo de descentralização das competências do Estado, passando pela esfera federal, estadual e municipal, porém são os municípios que se relacionam de maneira mais direta com o enfrentamento das dificuldades de acesso a direitos fundamentais e serviços públicos essenciais para a integração dessa população, que muitas vezes se encontra invisibilizada perante a sociedade. A presente pesquisa visa o estudo de caso do município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro, bem como as medidas de governança local de integração da população refugiada, migrante e apátrida que se encontra instalada no município. Para isso, far-se-á uso da pesquisa bibliográfica e de campo, de cunho qualitativo. Na abordagem teórica e análise documental, a pesquisa foi desenvolvida através de compilação de informações das legislações correlatas e bibliografias relacionadas ao tema de refugiados e migrações, na intenção compreender a aplicabilidade de políticas públicas na esfera municipal para a integração de refugiados e imigrantes. Na pesquisa de campo buscou-se a coleta de dados para realizar o mapeamento dos imigrantes e refugiados acolhidos no município, bem como a avaliação das funcionalidades das políticas públicas para a integração local e a efetivação dos seus direitos fundamentais. Considerando que a pesquisa visa investigar a implementação de políticas públicas para a integração de imigrantes e refugiados no âmbito da gestão pública municipal de Nova Iguaçu, o método exploratório se mostrou mais apropriado para a análise dos desafios enfrentados e a efetivação dos direitos fundamentais deste contingente. Neste sentido a pesquisa conta com entrevistas semiestruturadas com os principais atores sociais com o fito de

investigar como tem sido a experiência de integração local e como são realizadas as políticas públicas. A partir do contexto apresentado, a pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: Em que medida políticas públicas para integração de imigrantes e refugiados têm sido implementadas por parte da Administração Pública no Município de Nova Iguaçu. O estudo possui como objetivo geral analisar as políticas públicas para integração de imigrantes e refugiados por parte da Administração Pública no Município de Nova Iguaçu. Já os objetivos específicos da pesquisa são: Caracterizar os grupos formados por indivíduos em situação de imigração e refúgio no âmbito do município de Nova Iguaçu; Abordar as condições de integração dos indivíduos em situação de imigração e refúgio, no que tange aos seus direitos fundamentais no município de Nova Iguaçu; investigar como se dá a participação do Poder Público municipal na implementação de políticas públicas para a integração de imigrantes e refugiados no município de Nova Iguaçu. Assim, a discussão suscitada busca refletir sobre a identificação das principais dificuldades de integração de imigrantes e refugiados no âmbito municipal, com base na implementação e análise das políticas públicas no processo de integração e efetivação dos seus direitos fundamentais.

Estudo de caso: Nova Friburgo pós mega desastre de 2011-Análise das políticas públicas para redução de desastres frente a eventos climáticos extremos

Maria Isabel Bueno da Costa

Este trabalho investiga o arcabouço de políticas públicas relacionadas ao gerenciamento de riscos relacionados à ocorrência de desastres naturais causados por eventos climáticos extremos. O estudo de caso refere-se ao município de Nova Friburgo (RJ), que em janeiro de 2011 foi atingido por chuvas muito intensas, no que ficou conhecido como mega desastre da região serrana. A urgência de avaliar e implementar políticas públicas para prevenção e resposta a eventos extremos é destacada pelos impactos desfavoráveis causados pelas mudanças

climáticas, especialmente na região serrana do estado do Rio de Janeiro, onde projeções indicam aumento da frequência e intensidade de eventos como o de 2011.

Realizado no ano de 2022, o estudo examina as diretrizes nacionais e estaduais que influenciam a elaboração das políticas locais, bem como os efeitos das leis que compreendem a redução de risco de desastres adotadas em Nova Friburgo e medidas preventivas relacionadas à redução de desastres originados por eventos climáticos extremos. Por meio de pesquisa qualitativa de campo e levantamento fotográfico, buscamos resultados acerca das políticas vigentes de redução, gestão e resposta a eventos climáticos extremos, assim como a consideração dessas questões no planejamento urbano municipal. O estudo confirmou a existência de um Plano de Contingência para chuvas extremas e de um decreto sobre o risco de movimentos de massa em Nova Friburgo. No entanto, ressalta a ausência da revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo, instrumento legal que viria a consolidar políticas resilientes de planejamento urbano. E identifica também uma fragilidade na cooperação e implementação de políticas públicas e planos de contingência em nível regional, enfraquecendo as medidas tomadas pelos municípios de forma independente. Conclui-se que é necessário e urgente que as esferas federais de governo desenvolvam programas que incluam políticas de prevenção a eventos extremos, fortalecendo todos os municípios de uma mesma região afetada e reduzindo os efeitos negativos de futuros eventos com probabilidade acentuada de ocorrer. Isso beneficiaria uma atuação conjunta dos municípios da região serrana, que enfrentam desafios semelhantes relacionados ao risco de catástrofes naturais, e poderia ser usada como modelo para outros municípios e regiões em condições similares de vulnerabilidade a eventos extremos.

Energia Solar para comunidades rurais no Amapá: perspectivas de desenvolvimento

Martinho F. G. de Oliveira

A Amazônia brasileira ainda é marcada por uma realidade de escassez de investimentos na eletrificação rural, pois observa-se ainda, a existência de comunidades aonde a eletricidade não chega por fios e postes da rede de energia, sendo gerada por pequenos sistemas isolados, baseados em geradores a óleo diesel e gasolina. Essa realidade decorre do nítido débito que o governo brasileiro possui para com a Amazônia, em especial, para com as comunidades rurais em áreas isoladas/remotas que não têm acesso à energia elétrica e muito menos aos bens e serviços que esta possibilita. Dessa forma a matriz energética brasileira enxerga a região como produtora/geradora de energia para atender outras regiões com maior potencial de consumo, maior importância econômica e que dispõem de maiores condições de arcar com a custa do serviço fornecido. Conseqüentemente esse cenário contribuiu para aumentar as assimetrias socioeconômicas entre as regiões do país, ficando para os amazônidas o débito de arcar com uma energia mais cara e que não atende na plenitude todo o território amazônico. Essa dívida do Estado brasileiro torna-se evidente com a promulgação da lei nº 10.438, em de 2002, que obrigou o Estado a promover a universalização dos serviços de energia elétrica no país. O maior exemplo de política pública de distribuição de energia elétrica foi o Programa Luz Para Todos (PLPT), que em 2003 buscou implementar a universalização do acesso às famílias de regiões em áreas isoladas/remotas da Amazônia.

A energia elétrica não deve ser vista apenas como uma mercadoria a se extrair num processo de espoliação do território, mas sim como aspecto essencial e intrínseco ao desenvolvimento humano e produtivo em sociedade. Isso evidencia a necessidade de políticas e programas de universalização dos serviços de energia elétrica. Investimentos em políticas públicas para levar eletricidade a comunidades rurais em áreas isoladas/remotas na Amazônia possibilitam o incremento de atividades rurais do setor primário, como exemplos, atividades agrícolas, criação de aves, pesca e manejo - arranjos produtivos - característicos da agricultura familiar. Fomentar

comunidades rurais amapaenses via políticas públicas para implantação de sistemas de energia solar em áreas que há escassez elétrica, estimula o fortalecimento da agricultura familiar enquanto categoria social relevante para o desenvolvimento rural. Evidencia-se a importância da disponibilização dos serviços de energia na Amazônia, por ser um importante instrumento de redução da disparidade social, essencial para realização de atividades de ordem produtiva e de bem-estar social dos amazônidas em seu território, atribuindo perspectivas de cidadania e melhora na qualidade de vida.

Este trabalho tem como propósito mostrar a importância da inclusão energética como indutora do desenvolvimento em pequenas comunidades rurais no Estado do Amapá, a partir de uma Política Pública denominada Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI). Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa preliminar de revisão bibliográfica de caráter descritivo, explicativo analítico, com uma abordagem qualitativa de análise de relatórios técnicos e dados quantitativos sobre o volume de financiamentos e respectivos desembolsamentos do programa.

As políticas para o desenvolvimento rural amapaense perpassam pela execução de programas nacionais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Desenvolvimento do Extrativismo no Amapá (PROEXTRATIVISMO) dentre outras políticas específicas locais. Destacam-se programas para a agricultura familiar amapaense como o Programa Territorial da agricultura Familiar e Floresta (PROTAF), e em especial, o Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI) que tem como objetivo atender as necessidades dos agricultores familiares a partir da introdução de tecnologias no processo produtivo, como exemplo, a disponibilização de sistemas de energia solar para comunidades rurais. Os dados iniciais evidenciam uma perspectiva de desenvolvimento para esses territórios rurais, na qual indaga-se até que ponto esses investimentos se tornam perspectivas efetivas de desenvolvimento (inclusão, cidadania e autonomia produtiva) ou acabam por incentivar um processo de dependência programada. O PPI se apresenta como uma política que possibilita a universalização da energia elétrica a comunidades rurais na Amazônia adentro. Contudo, ainda se observam lacunas por parte do poder público e ainda do PPI em mudar tal cenário. Esses resultados preliminares mostram a relevância de iniciativas como o PPI, que

possibilita a inclusão de tecnologias pautadas na sustentabilidade, neste caso, a implantação de kits de sistema de energia solar fotovoltaica que visa levar bem-estar social às populações e também incrementar o desenvolvimento rural amapaense via agricultores familiares que integrem uma organização social (seja de base associativa ou cooperada).

Referências

DI LASCIO, Marco Alfredo; BARRETO, Eduardo José Fagundes. Energia e Desenvolvimento Sustentável Para a Amazônia Rural Brasileira: Eletrificação de Comunidades Isoladas. 1. ed. Brasília: Kaco, 2009. 190p.

ANDRADE, Célia Salama. Energia elétrica e as populações tradicionais do Estado do Amazonas: aprendizados a partir da experiência na Comunidade do Roque na Reserva Extrativista do Médio Juruá. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CAVALCANTE, A. S.; QUEIROZ, S. O desafio da sustentabilidade energética no interior amazônico. Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, Manaus, AM, v. 12, n. 1, p. 191-208, 2012. Disponível em: <<https://www.seminariodoambiente.ufam.edu.br/2012/anais%20I%20SICASA/pdf/artigo%2022.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2023.

Relatos de uma atividade extensionista: a assessoria jurídica popular em Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados)

Naomy Campobelo Felipe da Silva

Este resumo originou-se de projeto que se desenvolveu na área temática de Direitos Humanos e Justiça, intitulado “Contribuindo com a história de luta pela terra e pela regularização fundiária do assentamento rural de Campo Alegre: possibilidades da assessoria e da educação jurídica popular.” Por meio deste trabalho tive contato com o território de Campo Alegre e com o tema da regularização fundiária. Procura-se neste trabalho, trazer a importância da

Assessoria Jurídica na comunidade, além da discussão sobre o problema da violação do direito à terra e à moradia digna, principalmente nos territórios historicamente excluídos da região metropolitana do Rio de Janeiro, como é o caso de Campo Alegre.

Existiram decretos para que houvesse a desapropriação de Campo Alegre, porém nenhum teve êxito, devido a diversos fatores, dentre eles o desinteresse dos órgãos competentes. A percepção que se tem dos moradores de Campo Alegre é que a terra para eles representa não apenas um meio para viver, mas um modo de vida, o ambiente molda suas vivências assim como moldam o ambiente. Como a terra é colocada como “coisa de grande valor”, e este é um dos problemas centrais que fazem com que as relações do campo se deem de forma tão desigual, essa relação é ignorada, e insignificante para a roda da produção em grande escala, que passa destruindo a agricultura familiar e de pequena escala, assim como as esperanças daqueles que esperam a reforma agrária.

Já houve proposta por parte do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) de titulação apenas provisória, com instrumento próprio, mas a implementação de uma reforma agrária eficaz é essencial para corrigir as profundas desigualdades históricas e promover um desenvolvimento rural mais equitativo e sustentável. Com mais de quarenta anos de espera, nos quais, nos últimos anos, foi iniciado o cadastramento, por parte do ITERJ, três vezes, e nunca concluído, os moradores de Campo Alegre aguardam ansiosamente por um acesso justo à terra e aos recursos necessários para prosperar. Em acompanhamento ao Campo, diversas famílias oferecem reclamações quanto a titulação e também incentivos e crédito. Ao garantir esse acesso, não apenas se fortalece a agricultura local, mas também se impulsiona uma diversificação produtiva que beneficia toda a sociedade, ampliando a segurança alimentar e econômica da região.

Neste trabalho procura-se compreender as dificuldades e barreiras que impedem a regularização da região, assim como abordar as possíveis medidas que poderiam e podem ser tomadas pelos órgãos competentes. Busca analisar a atuação do principal deles na área, o ITERJ e ponderar sobre a forma como o estado lida com a redistribuição de terras e as políticas públicas que emprega para auxiliar essas populações.

O conhecimento, e posterior atuação de Campo Alegre, veio através do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Marli Coragem (NAJUP MC), que teve a demanda trazida a si pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O NAJUP MC também é atuante em outros territórios, como por exemplo, Jardim Laranjeiras, onde o foco também é a regularização fundiária, porém por meio de ações de usucapião individuais.

O NAJUP propicia aos estudantes estarem presentes em assembleias no território, assim como participar de reuniões com o ITERJ, SEMAN e a comunidade, além de produzir petições para o MDA, SEMAN, ITERJ e INCRA e contato contínuo com o Ministério Público para acompanhamento do Inquérito Civil que trata sobre a regularização fundiária de Campo Alegre. Portanto, a participação na assessoria foi essencial para o entendimento dos assuntos da comunidade, suas vontades, necessidades, posicionamentos e revoltas também, informações sobre o modo de atuação do ITERJ, e conhecimento doutrinário sobre as formas de regularização fundiária e espécies de títulos usados.

Referências

FERREIRA, Álvaro Mendes. Ocupações de Terra e Políticas Agrárias no Estado do Rio de Janeiro: a trajetória do assentamento de Campo Alegre. Revista IDEAS. 2021.

DELGADO, Monica Mendonça. Terra, Mercadoria ou espaço de vida: Reflexões sobre políticas públicas e a questão fundiária a partir do “Mutirão Campo Alegre”. Revista IDEAS. 2023.

WANDERLEY, M. N. B.. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Revista De Economia E Sociologia Rural (Impresso), v. 52, p. 25-44, 2014.

A expansão dos Institutos Federais (IFs) e a formação de capital humano no Rio Grande do Norte: o olhar sobre a inserção no mundo do trabalho

Rodrigo Emanuel de S. Almeida

O aumento quantitativo no número de pessoas com o ensino superior e profissional nas últimas décadas está concatenado com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

(RFEPCT), que de alguma forma vem contribuindo para partes do território sejam beneficiadas com equipamentos públicos educacionais e possam proporcionar novas dinâmicas econômicas e populacionais aos municípios. Mas algo que deve ser pensado sobre os egressos desses níveis de ensino é o acesso ao mundo do trabalho, haja vista que o quantitativo de jovens entre 15-29 anos que não trabalham e, também, não estudam contabilizam um total de 10.917 milhões, sendo que a maioria é concentrada na faixa de 18-24 anos com um total de 6.316 milhões (IBGE, 2022). Destarte, o objetivo do trabalho centra-se em: verificar a absorção de egressos do ensino técnico integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência, Cultura e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) ao mundo do trabalho em escala local e regional. Para atender esta parte, foi adotada a análise documental como opção de estratégia metodológica pela possibilidade de informações contidas a partir do contexto histórico, social e cultural, além de utilizar-se de documentos variados (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Com isso, entre os documentos selecionados estão: os relatórios da PAE; planos de implantação dos Institutos Federais (IFs); e os Planos de Curso Técnico. Apesar da formação técnica, a população estudantil egressa do IFRN ainda busca complementar a sua formação como parte do processo para inserção ao mundo do trabalho. Entre os destaques estão os estudantes do ensino técnico integrado, que realizam o percurso de estudos ao mesmo tempo que trabalham. Já aqueles que somente trabalham, não trabalham e não estudam são compostos, principalmente, por estudantes egressos do ensino técnico subsequente. Os egressos do técnico integral, apenas 24,5% estavam empregados na mesma área de formação, que corresponderia aqueles vinculados formalmente no mundo do trabalho pertencente aos Arranjos Produtivos Locais (APLs); já os discentes oriundos do técnico subsequente 33,4% estavam vinculados a área de formação, isso demonstra que a formação continuada tem contribuído para aderência ao trabalho; na modalidade formação em tecnologia 41,6% estavam exercendo o seu trabalho na área de formação, havendo a possibilidade não apenas de atender o APL regional, mas também ao setor de bens e serviços; e a formação em licenciatura a porcentagem era de 43,1%, remetendo principalmente o foco educacional da instituição e o direcionamento formativo da população (IFRN, 2023). Os estudantes egressos do IFRN enfrentam algumas dualidades na sua inserção em empregos que estejam em consonância com as suas formações, fazendo com que

esses permaneçam em seu lugar de origem com pouca absorção diante aos empregos na área de formação ou migrar e/ou realizar a mobilidade pendular para municípios próximos ou distantes em busca de empregos que dialoguem com área de formação. Além disso, há também aqueles jovens egressos que buscam se aperfeiçoar a partir da continuidade dos estudos como possibilidade de maior qualificação profissional para conseguir acessar o emprego desejado e almejado, como alternativa para a mobilidade social, econômica e melhoria na qualidade de vida a partir de melhores salários e acesso a bens e serviços em municípios com maior nível hierárquico na rede urbana do país.

Referências

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho. Microdados. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN. Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE) 2022/2023. 2023a. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/10070/Pesquisa_de_Acompanhamento_de_Egressos_2023.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de Almeida; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n. 1, ano. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: https://siposg.furg.br/selecao/download/1123/pesquisa_documental.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024

Acessibilidade de pessoas com deficiência no transporte público intermunicipal de Nova Iguaçu: um estudo sobre os principais marcos legais e normativos

Vanderlan Lopes de Souza Filho

O presente artigo é um recorte e desdobramento da dissertação que teve como objetivo geral analisar o impacto do serviço de transporte coletivo (com foco no ônibus intramunicipal) no processo de inclusão social e garantia do direito à cidade para as pessoas com deficiência residentes no município de Nova Iguaçu-RJ. A referida pesquisa foi realizada entre os anos de 2020 e 2022 e um de seus objetivos específicos foi examinar o aparato legal e normativo constante nas esferas federal, estadual e municipal que versam sobre os temas das pessoas com deficiência, da mobilidade e acessibilidade urbanas e dos transportes públicos coletivos. Buscou-se identificar o que o Estado, notadamente o poder público municipal, havia realizado (até o ano de conclusão da pesquisa) em favor da garantia de direitos desse segmento da população e como esta percebia os serviços prestados. Soma-se a esta problemática a questão da habitação. De acordo com Santos (2020), Nova Iguaçu vem passando por um processo de transformação caracterizado pela especulação imobiliária na área central, onde há um adensamento cada vez maior de uma classe média/alta que se estabelece nos chamados “condomínios clube” e que, por sua vez, acaba atraindo a alocação de serviços e equipamentos públicos para aquela região. Como consequência, a população de mais baixa renda (dependente, portanto, majoritariamente do transporte público coletivo) é obrigada a se estabelecer em áreas geograficamente mais afastadas, marcadas pela escassez desses serviços e equipamentos. No contexto das PCD, esses fatores representam mais um agravante. Além das dificuldades inerentes à sua condição de deficiência, em particular, quando essa se apresenta em graus mais severos fazendo, inclusive, com que esses cidadãos dependam de um acompanhante para realizar suas tarefas cotidianas – aquelas que moram nas regiões distantes do Centro, e que dependem do transporte público para se locomover, esbarram no problema da insuficiência de serviços e da não adequação dos espaços públicos aos parâmetros de acessibilidade determinados pelas normas técnicas. Essa conjuntura faz com que esses indivíduos fiquem condicionados a uma quase completa situação de imobilidade socioespacial tendo, assim, seu direito à cidade cerceado.

As políticas públicas se inserem como um instrumento indispensável na tentativa de mitigar esses problemas e equilibrar a balança para esses

cidadãos, especialmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. É possível observar que Nova Iguaçu tem avançado na direção das políticas inclusivas ao longo dos últimos 30 anos e o próprio Plano Diretor Municipal de 2011, instituído pela Lei Municipal nº 4.092/2011, traz uma série de medidas a serem adotadas para viabilizar a acessibilidade e a inclusão das PCD nas vias, espaços, equipamentos e transportes públicos. Porém, mais de uma década após sua promulgação, diversas proposições constantes no documento ainda não foram concretizadas (pelo menos, não por completo), cabendo citar como exemplo o Inciso XII do Artigo 8, que fala da “garantia de acessibilidade para as pessoas com deficiência e com locomoção reduzida em todos os espaços de uso público” (NOVA IGUAÇU, 2011, s.p.), e o Inciso I do Artigo 121 que versa sobre “Garantir o atendimento a todos os moradores pelo serviço municipal de transporte coletivo” (NOVA IGUAÇU, 2011, s.p.).

Referências

- HARVEY, David. O direito à cidade. *New Left Review*, Londres, n. 53, p. 73-89, set 2008. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>. Acesso em: 21 mai 2021.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5ª. ed. São Paulo, SP: Centauro, 2011.
- VASCONCELLOS, Eduardo A. Transporte urbano, espaço e equidade: Análise das políticas públicas. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2001.

Mapeamento participativo da Flona Mário Xavier: Análise do conceito de lugar e conservação ambiental

Maiara Rabello Pereira

O presente estudo versa sobre a importância do mapeamento participativo no incentivo ao engajamento comunitário e esforços de conservação na Floresta Nacional Mário Xavier (Flona MX), uma importante Unidade de Conservação (UC), situada em Seropédica, Baixada Fluminense, que enfrenta adversidades antropogênicas tais como urbanização precária, falta de saneamento e de desenvolvimento de infraestrutura.

A UC de Uso Sustentável que abrange 493 hectares da Mata Atlântica conta com um alto grau de endemismo. A Flona MX abriga 160 hectares de vegetação nativa e espécies endêmicas ameaçadas de extinção, como o peixe-das-nuvens (*Notholebias minimus*) e o anfíbio *Physalaemus soaresi*, conhecido popularmente como "Floninha".

Apesar de sua importância ecossistêmica, a Flona MX enfrenta vários desafios históricos e contemporâneos, incluindo a pressão urbana, a falta de saneamento básico que polui os corpos hídricos, a construção de rodovias em seu entorno e conflitos internos como depredação e falta de recursos. Tais adversidades destacam a necessidade de ações extensionistas para promover o reconhecimento e a conservação da área. A cartografia desempenha um papel fundamental na interpretação e comunicação de fenômenos espaciais, apesar de suas limitações em abarcar todas as informações disponíveis. O mapeamento participativo surge como uma metodologia que permite a inclusão de diversas perspectivas, sendo uma ferramenta essencial para a conscientização e resolução de conflitos socioambientais. Em parceria com o Programa de Extensão "Guarda Compartilhada da Floresta Nacional Mário Xavier" e com os funcionários do ICMBio, foram realizadas oficinas de mapeamento participativo com técnicos

da Flona e alunos do programa, visando fomentar a interação e valorização da UC. Nesse sentido, o estudo analisa a percepção dos trabalhadores e dos participantes do programa em relação ao conceito de lugar na Flona. Segundo Tuan (1983), o lugar é definido por percepção, experiência e valores, transformando espaços em lugares significativos. O mapeamento participativo foi escolhido como método para identificar elementos significativos da Flona, integrando técnicas geográficas com a realidade social dos participantes.

A metodologia envolveu a criação de uma Carta Imagem georreferenciada da Flona, oficinas de mapeamento com uso de materiais como papel vegetal e canetinhas, e a digitalização e georreferenciamento dos mapas produzidos. As oficinas permitiram a observação de diferentes percepções entre alunos e trabalhadores da Flona, refletindo suas relações com o espaço. Os resultados revelaram dois produtos cartográficos distintos, demonstrando a diversidade de detalhes conforme a relação dos grupos com a UC. Os alunos do PEGCFMX, habituados às ações extensionistas na trilha sensorial "Trilha do Triângulo", enriqueceram o mapa com detalhes dessa região central. Já os funcionários do ICMBio, focados na conservação e manejo da biodiversidade, trouxeram um conhecimento local abrangente, incluindo a história da ocupação do horto.

Por fim, destaca-se a importância dos mapas sociais para visibilizar práticas espaciais e a relação homem-meio na Flona, promovem a conservação ambiental através do fortalecimento dos laços da comunidade com a UC. O desenvolvimento do sentido de lugar, impulsionado pela afetividade, pode ser uma alternativa eficaz para a conservação, transformando a percepção local sobre a importância biogeográfica e ecossistêmica da Flona MX.

Referências

BRASIL. Plano de Manejo da Flona Mário Xavier. Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade (ICMBio) Seropédica, 2022.

MENEZES, P.M.L. A interface Cartografia-Geoecologia nos estudos diagnósticos e prognósticos da paisagem: um modelo de avaliação de procedimentos analítico-integrativos. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, IGEO/UFRJ, 208 f., 2000.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: A perspectiva da experiência. SciELO-EDUEL, 2013.

Aplicação da realidade virtual imersiva em Unidades de Conservação da Baixada Fluminense

Paulo Zuzarte Ferreira

O presente trabalho busca apresentar a Realidade Virtual Imersiva (RVI), como ferramenta tecnológica voltada ao acesso remoto das 66 Unidades de Conservação (UCs) distribuídas pelos 13 municípios que integram a Baixada Fluminense. O objetivo é oferecer experiências de realidade virtual imersivas e interativas para fins educacionais, turísticos, de pesquisas e treinamentos tecnológicos. A tecnologia permite a exploração segura de ecossistemas frágeis, promovendo a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da conservação, sem perturbação do ecossistema local. Uma vez que as UCs, se configuram como bioma Mata Atlântica, com abundante biodiversidade, é um dos ecossistemas mais sensíveis do planeta.

A pesquisa avaliou a aplicabilidade da RVI, além da área de educação e treinamento de técnicos, gestores ambientais e professores, com identificação de suas potencialidades para diversas áreas, como fiscalização, pesquisa e turismo. A metodologia incluiu análises qualitativas e quantitativas, com foco nas percepções dos usuários e na viabilidade estratégica da RVI nas UCs. Os resultados demonstram que a RVI oferece uma experiência imersiva que aprimora a compreensão espacial e intensifica a experiência sensorial, potencializando o aprendizado e a conexão emocional com o ambiente. A tecnologia permite a exploração segura de áreas de risco e ecossistemas frágeis, além de promover a inclusão de pessoas com deficiência. A RVI apresenta um potencial transformador para a gestão e a experiência imersiva em UCs, proporcionando uma abordagem sustentável e inclusiva. A ferramenta permite superar barreiras físicas, espaciais e sensoriais, democratizando o acesso à natureza e promovendo uma compreensão mais profunda das questões ambientais, empoderando a população destas áreas sensíveis ou de sua circunvizinhança de forma a integrar o homem à natureza, sem comprometer o equilíbrio ambiental. O ponto a ser equalizado, que se demonstra como desafio técnico, que é o custo de implementação e a rápida obsolescência tecnológica, bem como o acesso aos programas computacionais.

A pesquisa sugere investimentos na melhoria das tecnologias de RVI para maximizar seus benefícios e recomenda o desenvolvimento de métodos eficazes e inclusivos para outras áreas protegidas. Para a educação em geral, a RVI oferece a possibilidade de aulas interativas e envolventes, os estudantes podem explorar virtualmente os ecossistemas da Baixada Fluminense, o que enriquece o aprendizado em disciplinas como geografia, biogeografia e ciências ambientais. No âmbito do treinamento de desastres sociais, a RVI pode simular cenários de risco, como incêndios em vegetação ou inundações, permitindo o treinamento de equipes de respostas em emergências sem os perigos associados aos exercícios práticos. As estratégias sugeridas visam fomentar as forças e oportunidades, garantindo um desenvolvimento sustentável e inclusivo com o uso da ferramenta para conservação ambiental em UCs da Baixada Fluminense.

Referências

- DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 13ª edição. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 2004;
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- Falconer, C. J.; Rovira, A.; King, J. A.; Gilbert, P.; Antley, A.; Fearon, P.; Ralph, N.; Slater, M.; Brewin, C. R. Embodying self-compassion within virtual reality and its effects on patients with depression. *BJPsych Open*, v. 2, n. 1, p. 74-80, jan. 2016.

Dos parques-fortaleza aos parques-de-diversão: Parques Nacionais e mercantilização de bens naturais

Pedro de Matos Gonçalves

Este trabalho tem o intuito de compreender as transformações no território das unidades de conservação através da mercantilização dos seus bens Naturais, com recorte nos Parques Nacionais e o estudo de caso do Parque Nacional do Itatiaia. Enfocamos nas normativas que moldam esse território, para compreender principalmente os agentes que influenciam a construção das políticas públicas e os que são afetados por elas, buscando mapear a relação entre os agentes e esses com os espaços Naturais. O fio condutor

para essa pesquisa foram as questões levantadas durante o curso de Condutores de Visitante no Parque Nacional do Itatiaia desenvolvido na Escola de Extensão (EEXT/UFRRJ), elaborado para preencher uma lacuna criada pela promulgação da Portaria 769/2019 (MMA-ICMBio), de 10 de dezembro de 2019. Esse instrumento Normativo dispõe sobre os procedimentos administrativos para Autorização da prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais e inova em seus parâmetros de regulação, ao estabelecer, pela primeira vez, a exigência de um curso formal de capacitação para seu credenciamento. Essa normatização criou uma lacuna devido à inexistência deste tipo de formação, que não é oferecida pelo Estado ou iniciativa privada, provocando a paralização do Programa de Condutores iniciado em 2004 no PNI.

Esse encaminhamento levou à construção da hipótese de que o novo modelo de credenciamento, instrumento da política pública voltadas para visitação destes territórios, estaria conduzindo a uma mudança na forma de utilizar esses locais e explorá-los comercialmente. E como consequência deste direcionamento, o próprio território das UCs sofrem mudanças de caráter: (i) econômico, deixando de ser explorada localmente pelas comunidades tradicionais e do entorno passando a ter um caráter empresarial e desterritorializado; (ii) social, os espaços antes frequentados por um grupo pequeno da sociedade em busca de determinadas atividades específicas – montanhistas, aventureiros, pesquisadores - passa a ter sua visitação estimulada inclusive sobre o pretexto da conservação destes espaços através da educação ambiental, reformulando a forma como a sociedade utiliza esses territórios; (iii) Simbólico, a forma como esses territórios passam a ser vistos, inicialmente como “Parques Fortalezas”, onde a presença humana é rechaçada, passando por um processo lento de abertura e participação da sociedade na sua gestão, chegando aos “Parques de Diversão”, onde a arrecadação e a pasteurização destes territórios tornam-se prioridade, principalmente com a concessão do uso público.

Para responder a tais questões, adotou-se metodologia apoiada em levantamento qualitativo e analítico de dados oficiais de órgãos do Turismo e Meio Ambiente, das legislações e normativas pertinentes ao tema. Além disso, a pesquisa conta com dados da realização de 10 meses de trabalho de campo (em períodos distintos) e mais de trinta horas de entrevistas semiestruturadas com agentes relevantes neste cenário. Os resultados preliminares da análise concentrada em três grupos principais, Estado (Gestores de UCs), mercado (institutos e associações do turismo) e sociedade civil (condutores e ativistas), indicam um estrangulamento das formas tradicionais do uso destes territórios diante da dilatação de modelos empresariais e mercadológicos.

Referências

Polanyi, Karl (2000). A Grande transformação: as origens da nossa época. RJ: Editora Elsevier.

BOURDIEU, Pierre (2007). Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. SP: Papirus Editora.

Portaria n. 769, de 10 de Dezembro de 2019. Diário Oficial da UNIÃO Publicado em 12/12/2019; Edição: 240; Seção 1; Página 130. Órgão Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (MMA/ICMbio).

Pescadores e populações caiçaras da região Costa Verde Fluminense: uma pesquisa exploratória sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local

Wagno Sergio

A região da Costa Verde Fluminense é uma área litorânea localizada no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, que se estende ao longo da costa sul do estado. É caracterizada por uma combinação única de exuberante Mata Atlântica, praias paradisíacas, ilhas tropicais e uma rica herança histórica e cultural. No entanto, a região enfrenta desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e infraestrutura turística. A pressão do turismo, aliada ao crescimento urbano desordenado, representa uma ameaça aos ecossistemas locais e à qualidade de vida das comunidades costeiras. Assim, a busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental é essencial para garantir a sustentabilidade a longo prazo da região. Os pescadores e as comunidades caiçaras frequentemente desempenham um papel ativo na conservação ambiental. Como eles dependem diretamente dos recursos naturais para sobreviver, têm um interesse pessoal na preservação dos ecossistemas locais. Muitas vezes, eles estão envolvidos em iniciativas de monitoramento ambiental, recuperação de áreas degradadas e educação ambiental.

Ademais, podemos citar algumas políticas públicas para desenvolvimento local, Marco legal e regulatório para atividades pesqueiras e caiçaras, onde, a regulação das atividades pesqueiras e caiçaras no Brasil envolve uma combinação de leis, decretos, portarias

e normas técnicas que visam garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, proteger o meio ambiente e assegurar os direitos das comunidades tradicionais. A participação comunitária e empoderamento e o papel das organizações comunitárias e associações de pescadores caiçaras. As organizações comunitárias e associações de pescadores caiçaras desempenham um papel fundamental na promoção da sustentabilidade, defesa dos direitos e melhoria das condições de vida das comunidades tradicionais. O Fortalecimento Cultural e Preservação de Tradições, onde as organizações comunitárias e associações de pescadores têm um papel vital na preservação e promoção da cultura caiçara. Elas organizam eventos culturais, festivais, e outras atividades que celebram e mantêm vivas as tradições e o modo de vida caiçara, fortalecendo a identidade cultural da comunidade. Para melhorar as condições econômicas e sociais das comunidades, buscando alternativas sustentáveis de geração de renda. Isso pode incluir o desenvolvimento do turismo comunitário, artesanato, e outros projetos de economia solidária que beneficiem diretamente as famílias caiçaras. As associações de pescadores e organizações comunitárias frequentemente estabelecem parcerias com ONGs, universidades, institutos de pesquisa e órgãos governamentais. Essas parcerias são essenciais para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, programas de desenvolvimento comunitário e iniciativas de conservação ambiental.

Participação em Políticas Públicas desempenham um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas que afetam as comunidades caiçaras. Elas participam de conselhos, comitês e fóruns de discussão onde se debatem questões relacionadas à pesca, meio ambiente, e desenvolvimento sustentável, garantindo que as vozes das comunidades sejam ouvidas.

Bibliografia

Gonçalves, Maria Alice F. (2015). Comunidades caiçaras e a gestão ambiental participativa: um estudo de caso na Ilha do Cardoso (SP). Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

Silva, João Carlos (2017). A pesca artesanal e as políticas públicas no Brasil: desafios e perspectivas. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco.

Mobilidade e Vida Urbana em Campo Grande: uma perspectiva feminina

Ana Carolina Cruz M. Aguiar

O bairro de Campo Grande, localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, é o mais populoso do país e considerado uma centralidade na região por abrigar diversos serviços, instituições educacionais, comércios, unidades de saúde e locais de lazer. Apesar de nem sempre ter sido tão atrativo nos períodos iniciais da ocupação portuguesa, desde a implantação da estação de trem e dos loteamentos na porção central do bairro, o crescimento do bairro se intensificou e o consolidou como atrativo para a região e para municípios próximos como Itaguaí, Seropédica e Nova Iguaçu. Mesmo com essas qualidades e um bom potencial, ainda se trata de uma região distante da área central da cidade e da principal região turística, assim, os investimentos demoram a chegar e quando aparecem, costumam ser já obsoletos e às vésperas das eleições, obviamente para garantir o eleitorado.

Ao analisarmos a mobilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro, podemos observar, mais recentemente, um aumento nas obras municipais na tentativa de conectar a cidade de forma mais contínua, se debruçando principalmente no modelo de BRT, mas claramente, ainda não atendendo a toda porção da cidade, criando mais baldeações e mais tempo de espera para quem depende das linhas de ônibus consideradas alimentadoras desse modal. À respeito dos outros modais de massa como, por exemplo, o trem, que a cada dia que passa tem se tornado cada vez menos uma opção economicamente viável, pois a tarifa só aumenta, enquanto os intervalos se tornam mais irregulares. Essa falta de regularidade nos

intervalos dos modais atrelado a necessidade de mudança de transporte interfere também na segurança dos passageiros e no tempo de qualidade que acaba sendo desperdiçado por conta do transporte público.

Em se tratando da experiência das mulheres para com o ambiente urbano, é possível observar uma defasagem em comparação aos homens em relação à mesma, e no caso de uma metrópole como o Rio de Janeiro não seria diferente. Mulheres essas, que em sua maioria, precisam se deslocar em maior quantidade devido ao trabalho “invisível” do cuidado com sua família, que normalmente recai sobre elas. Quando trazemos esses olhares para o recorte da pesquisa, abordando principalmente a mobilidade dessas pessoas, podemos chegar no objetivo da pesquisa que é analisar como se dá essa relação entre elas e o meio que frequentam para realizar as tarefas diárias e poder propor resoluções para as principais dificuldades vivenciadas. Essa pesquisa é feita a partir de análise empírica e entrevistas com frequentadoras do bairro, que o utilizam para trabalhar, estudar, lazer ou outra atividade diária. Dessa forma, conclui-se que é imperativo planejar a cidade através das lentes dos mais vulneráveis e de quem de fato a experiencia de forma mais completa. Trazendo meios de se locomover, segurança pelos trajetos, frequência dos modais e integração, de fato, entre eles, justamente para que o tempo de deslocamento diário não se sobreponha ao tempo dedicado ao bem-estar e cuidado dessas pessoas.

Referências

- BERTH, Joice. Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5ª edição. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- DA SILVA, V. R. J. Centralidade urbana: Campo Grande - RJ e suas circulações através do transporte público. XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina. 2013.

Passado, presente e expectativa de futuro da Educação profissional: a experiência PRONATEC/CTUR

Ana Maria Araujo da Silva

A partir da segunda metade do século XX, inúmeras transformações socioespaciais estão em curso, decorrentes da reestruturação do capitalismo, do avanço do modo de produção orientado pela financeirização, da globalização dos mercados e da crise do Estado de Bem-Estar Social. Como resultado, normas e orientações globais são definidas, transformando, ao nível dos países, as legislações e as ações. Como exemplo, podemos citar a flexibilização de leis trabalhistas, a ampliação dos privilégios empresariais e a redução dos direitos do trabalhador. No Brasil, a partir da década de 1990, se intensifica e se fortalece o processo de reestruturação produtiva do capital, por meio de diversas políticas públicas que, na realidade, significaram um projeto de ajustamento à nova ordem neoliberal. Assim, o Estado a fim de adaptar-se aos impulsos globais promove uma série de contrarreformas, que foram observadas em diversos campos e que resultaram na majoração do desemprego, da informalidade e na flexibilização dos mercados de trabalho. No âmbito educacional, sob influência de princípios neoliberais, promovem transformações a partir da Constituição de 1988, materializadas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, sendo posteriormente regulamentada por diversos instrumentos legais. Nesse contexto, a contrarreforma burguesa no sistema educacional brasileiro foi moldada para facilitar essa transição e as políticas de educação profissional passaram a atender às necessidades do modo de produção capitalista. É neste sentido que se explica uma força de trabalho mais qualificada e compatível com os novos interesses do mercado, principalmente a formação de um novo tipo de profissional, mais dinâmico, flexível, polivalente, afinado com as mudanças tecnológicas e o desenvolvimento de atividades empreendedoras. Diante dessa realidade, nosso objetivo é compreender a política de qualificação profissional materializada no Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego PRONATEC ofertado pelo Colégio Técnico (CTUR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC). Partimos da hipótese de que o

Programa atuou para satisfazer uma necessidade estrutural de produção de bens e serviços, promovendo formação rápida com estímulo às atividades empreendedoras. Metodologicamente, a pesquisa considera a análise qualitativa e de abordagem de caráter explicativo, tomando como referência o materialismo histórico-dialético que busca a compreensão de um fenômeno em sua concretude, tomando-se como amostra os alunos beneficiários do programa PRONATEC/CTUR do município de Seropédica.

Eu quero botar meu bloco na rua: a luta feminista no carnaval de rua

Clara Maduell Gómez

O carnaval é conhecido mundialmente, é umas das maiores festas populares e representativas da cultura brasileira. Aqui entendo o carnaval como uma manifestação cultural que se configura como uma festa de tensionamentos e rupturas, repleta de significados que agenciam transformações culturais na sociedade. Há, assim, a possibilidade de politizar o espaço da festa carnavalesca. A resistência nos espaços de lazer é, de certa forma, uma maneira de exercer poder e tem essa característica fortemente associada às maneiras como os sujeitos buscam se apropriar desse espaço, transgredindo sobre as formas usuais de se colocarem nos espaços citadinos. O protagonismo no carnaval por muitos anos ficou com figuras masculinas, sobretudo na parte musical e em posições de poder. A partir do momento em que se adota uma forma de pensar feminista, passa-se a contestar os diversos âmbitos da vida social. Sendo o carnaval uma das festas culturais mais populares do Brasil, como tal, é importante investigar como essa festa vem sendo transformada e ressignificada pelas mulheres. Se torna significativo compreender de que maneira os blocos formados exclusivamente por mulheres ocupam o evento carnaval. Entendendo esse também como fenômeno social e como espaço de luta contra opressões. Busco compreender como se forjam, nesse lugar, as possibilidades de lutas sociais das mulheres. Por meio de performances musicais e danças coletivas, os blocos feministas têm difundido mensagens de conscientização e combatido diversas formas

de opressão, desafiando estereótipos de gênero e promovendo a igualdade. Assim, como tema de pesquisa proponho percorrer como blocos de carnaval de rua formados por mulheres têm sido apropriados como locais de reivindicação de direitos, propagação de mensagens antimachismo e ocupação de espaços públicos. Tenho por objetivo entender os blocos de carnaval de rua como movimentos políticos de coletivos de mulheres no combate à violência e à desigualdade de gênero nas cidades de Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG).

Essa é uma pesquisa qualitativa em andamento e, para dar conta do tema proposto, pretendo fazer um levantamento bibliográfico e documental no que já foi produzido com relação ao gênero, sexualidade, corpo, feminismos e carnaval. A pesquisa de campo já foi realizada, a intenção é fazer uma etnografia - integrando o recurso fotográfico ao discurso antropológico -, através da observação participante em ensaios, eventos e cortejos. Como recurso metodológico também foram feitas entrevistas semiestruturadas individuais e em grupo com as/es participantes dos blocos. A maioria foi feita e forma presencial e três através de plataformas virtuais. Posteriormente essas serão transcritas e analisadas.

De forma precipitada, ousou dizer que os blocos estudados são coletivos musicais que ao mesmo tempo formam politicamente mulheres, criando oportunidades de discussão e problematização de vários aspectos da vida. Do mesmo modo, notei a importância da representatividade de blocos formado exclusivamente por mulheres nas ruas, que faz com que mais delas se aproximem dos coletivos e descubram que também são “capazes”. Tocar um instrumento e fazer parte de um coletivo – que funciona como uma grande rede de apoio - empodera essas mulheres para outras esferas da vida.

Referências

- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. Cadernos Pagu, 17/18, 2001/02; pp.9-79
- ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle e Louis LAMPHERE. A Mulher, a Cultura e a Sociedade. SP: Paz e Terra, 1979.

A lei Maria da Penha 11.340/06: um olhar a partir da comunidade indígena do Oiapoque

Dinaldo Silva Júnior

A Criação da lei Maria da Penha de nº 11.340 de 2006, foi um importante marco no combate à violência contra a mulher no Brasil. Perto de completar 20 anos de existência, a Lei sofreu algumas alterações, muito se deve pela dinâmica da sociedade e a complexidade que envolve a violência contra a mulher. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU a categoria histórica da Violência de Gênero é “cualquier acto de violencia de género que resulte en un acto físico, psicológico y sexual como posible o efectivo” (ONU, 1993, p. 20 apud SILVA JÚNIOR et al, 2019, p.121). Com o aumento crescente da violência contra as mulheres, se desenvolve também estudos e pesquisas, gerando dados que antes estavam invisibilizados. Não obstante, o contexto de violência em que estão inseridas as mulheres, não gera consequências apenas para elas, e sim, a todos os atores envolvidos nele. Por exemplo, seus filhos, vítimas de primeiro grau. Sobretudo, quando a violência acomete a vida, e os filhos na condição de incapazes, quando os são, sofrerão na maioria dos casos com a dupla ausência.

Em dados recentes: “especificamente durante o período pandêmico, entre 2020 e 2021, 7.691 vidas femininas foram perdidas no país. Em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país” (Atlas da Violência, 2023). Essa realidade abarca todas as regiões do Brasil com índices alarmantes. Especialmente o município do Oiapoque, nosso objeto de pesquisa, no Estado do Amapá, extremo norte do país, fronteira com a Guiana Francesa.

No Oiapoque, com grande representação indígena, quatro povos distintos os Karipuna, Palikur, Galibi Marworno, Galibi Kalinã, já sentem a presença da violência em seu seio. Notadamente no Brasil, a violência contra a comunidade indígena cresce a cada ano. Segundo o mesmo Atlas da Violência (2023), as comunidades indígenas no Brasil tiveram um progressivo crescimento, sendo registrado em 2019, (18,3), em 2020, (18,8), e em 2021, (19,2), homicídios por 100 mil

indígenas, ou seja, a violência letal contra indígenas experimentou um progressivo crescimento no país, no período entre 2020 e 2021, inclusive, a violência étnico-racial e simbólica.

Assim, um dos objetivos desse trabalho é ampliar o debate sobre a violência contra a mulher no município do Oiapoque, com especial atenção a Lei Maria da Penha como ferramenta jurídica fundamental para o combate e prevenção desse tipo de violência. Outro objetivo desse trabalho é fomentar a produção de estudos e dados referentes a violência contra a mulher na região norte, pois em alguns casos esses dados são incipientes ou inexistentes silenciando o debate sobre a temática, sobretudo no Oiapoque, bem como, o mais urgente a falta de acessibilidade às informações, notícias e equipamentos públicos no município, ocasionado pelo distanciamento dos grandes centros e por ser uma área de difícil acesso, impossibilitando um trabalho efetivo no combate à violência contra a mulher pelos órgãos competentes. Ou seja, “sentimos e vivemos nos nossos corpos a falta de apoio do estado brasileiro, quando tivemos que enterrar nossa parenta Maria Clara, que é símbolo de medo e covardia. E que nunca deve ser esquecida. Temos além da violência física, sexual, obstétrica, psicológica e tantas outras, muitos motivos por qual lutar e combater” (Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão AMIM, 2023).

Referências

SILVA JÚNIOR, Dinaldo; ARÉCHAGA, Elena Martinez-Zaporta. Violencia contra las mujeres hispano-brasileñas: datos y propuestas para el control. IN: Aktuelle Herausforderungen für den Schutz der Menschenrechte: Brasilianische Perspektiven. SILVA JÚNIOR, Dinaldo; ARAUJO, D. M.; ARECHAGA, E. M (Herausgeber). – João Pessoa-PB: Ideia, 2024.

BRASIL. A situação das mulheres indígenas do Oiapoque – Amapá – Amazônia. Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW: Revisão do Brasil. Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão – AMIM; Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé. Oiapoque, 2024.

SILVA JÚNIOR, Dinaldo; DA SILVA, Biatriz Oliveira; AMORIM, Josilene Gusmão. Violencia, Mujer y la frontera Franco-Brasileña: características y dimensiones. IN: SILVA JÚNIOR, Dinaldo; ARAUJO, D. M.; ARECHAGA, E. M. Droits de l'homme: Propositions Universelles. João Pessoa -PB: Ideia, 2019.

Participação das Mulheres na UFPB: desafios e conquistas

Fabrcia Sousa Montenegro

O presente trabalho é resultado de um Projeto de Iniciação Científica que discutiu as relações de gênero na universidade, precisamente, o espaço ocupado pelas mulheres (professoras e alunas) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A pesquisa de abordagem qualitativa, realizou um estudo bibliográfico sobre a inserção das mulheres na educação superior no Brasil, seus aspectos históricos, sociais e políticos, bem como os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas por professoras e alunas no ambiente acadêmico. A partir de uma pesquisa documental nos Sistemas Acadêmico e Administrativo da UFPB, identificou-se a representatividade feminina nas direções de centro, chefias departamentais, coordenações de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a participação das alunas e professoras nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O cenário atual das universidades demonstra uma maior inserção das mulheres no ensino superior, o que representa um resultado importante na luta histórica pela escolarização feminina do país. De fato, os dados obtidos na investigação constataram os avanços significativos das mulheres no contexto universitário e científico, assim como evidenciaram a discrepância nos números referentes a participação feminina nos cargos de gestão universitária e nas áreas relacionadas às ciências exatas e tecnologia.

A elaboração de um estudo sobre a participação da mulher nas atividades acadêmicas de uma universidade pública é importante porque contribui para desmistificar a compreensão de que uma vez as mulheres alunas sendo maioria no ensino superior, estão superadas as desigualdades de gênero no âmbito da academia. É preciso ter claro que há desafios importantes a serem superados. Embora não tenha sido possível neste estudo analisar todas as questões fundamentais que giram em torno das relações de gênero no âmbito acadêmico, é oportuno pensar e problematizar esta realidade, isto porque as mulheres são maioria nos cursos de graduação, mas ocupam uma proporção distinta entre os cursos e as diferentes áreas de conhecimento. Ademais, as mulheres na universidade estão sempre sendo desafiadas a se manterem produtivas, seja na condição de

aluna, seja na condição de professora. Isto porque geralmente assumem funções diversas no âmbito da maternidade, do trabalho doméstico e/ou do mercado de trabalho, o que interfere diretamente na sua vida acadêmica, muitas vezes excluindo-as do ensino superior. Permanecer na universidade configura-se como um ato de resistência, tendo em vista que nem sempre as instituições apresentam uma política interna que considera a realidade da mulher, para que as alunas tenham condições de concluírem seus cursos e as docentes possam ocupar os diferentes espaços que o contexto acadêmico possibilita através do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária.

A pesquisa contribuiu para dar maior visibilidade a esta problemática no âmbito da UFPB, no que se refere ao seu processo de inclusão e acesso ao saber das mulheres, no momento em que, o aumento da escolaridade não é apenas um imperativo econômico correspondente à sociedade do conhecimento, mas um referencial político-democrático e de justiça social. A pesquisa reafirmou a importância da universidade pública para o desenvolvimento do país, bem como deu visibilidade ao trabalho acadêmico realizado por mulheres no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão em tempos de crise e desconstrução desta relevante instituição educativa.

Referências

BARRETO, Andréa. A mulher no Ensino Superior. Distribuição e representatividade. Cadernos do GEA, n. 6, jul./dez., 2014.

BORDIEU, Pierre. A Dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kühner. - 20ª edição, pág. 175, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

LOCH, Rayane Monique Bernardes; TORRES, Kelly Beatriz Vieira; COSTA, Carolina Reciate. "Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021.

O Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): a construção de uma rede de cuidado psicossocial para mulheres em situação de violência no município de Itaguaí/RJ

Francis Lúcia Firmino Araújo

Algumas questões que nos orientaram no processo de construção dessa pesquisa, a saber: Como os serviços de saúde mental lidam com usuárias em situação de violência? Como se dá o acolhimento dessas usuárias? Como se estabelece a articulação entre o serviço especializado para mulheres em situação de violência e a RAPS? O objetivo principal desta pesquisa foi o de produzir uma articulação intersetorial entre o CEAM e a RAPS e visa discutir a violência contra as mulheres como uma questão de saúde pública, enfatizando sua relevância para o campo da saúde mental.

O percurso metodológico do estudo, de natureza qualitativa, emprega técnicas de observação participante, de pesquisa documental para o levantamento de dados de perfil sociodemográfico das mulheres acolhidas no CEAM e de grupo focal composto por profissionais da RAPS municipal. A estrutura presente pesquisa é de abordagem qualitativa e de caráter descritivo-exploratória. O estudo de campo foi realizado no período de agosto de 2020 a dezembro de 2021, no município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. Para a coleta de dados, foram empregadas técnicas de observação participante, de análise documental para o levantamento de informações sobre as usuárias do CEAM-Itaguaí e, por fim, o grupo focal entre profissionais da RAPS e do CEAM.

O grupo focal foi realizado em 28 de julho de 2022 como técnica de pesquisa qualitativa de coleta de informações, por meio de interações e relatos de seis profissionais que compõem a RAPS (três de serviços de saúde mental, dois de unidades básicas de saúde e um de unidade de urgência e emergência).

A partir da análise documental de 698 prontuários de acolhimento levantados no período entre setembro de 2020 (primeiro mês pós-inauguração do CEAM) e agosto de 2021 (após o CEAM completar um ano), foram identificados dados de perfil sociodemográfico das mulheres vítima de violência atendidas no CEAM Itaguaí. Notou-se a

predominância de mulheres negras, autodeclaradas pardas, de idade entre 35 e 44 anos, de religião protestante/evangélica, com Ensino Médio completo, desempregadas, que possuem entre 0 e 2 filhos e que são casadas. Estas, em sua maioria, sofreram violência especificamente psicológica por parte de seus maridos ou ex-maridos e residiam em bairros próximos ao centro da cidade. O acesso aos serviços do CEAM se deu por demanda espontânea para a maioria das usuárias, e observamos que, após o primeiro atendimento, houve continuidade na assistência diante da complexidade dos casos.

Os relatos foram gravados e transcritos e todas as pessoas participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, a proposta foi submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB) sob o número 53747021.9.0000.5263.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres. Brasília, DF: Presidência da República: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

CAMPOS, I. de O.; ZANELLO, V. Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências. *Vivência: Revista de Antropologia*, n. 48, 2016, p. 105-118.

A sub-representação de mulheres nas Câmaras de Vereadores dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Luany Barros e Xavier

O objetivo deste trabalho é perceber a relação entre a população feminina dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro e a quantidade de mulheres vereadoras nas câmaras dos respectivos municípios. O intuito é debater a importância da representação de mulheres nas câmaras municipais. A lei de cotas partidárias foi um importante avanço para a entrada de mais mulheres para a política

partidária e as eleições. Porém, as mulheres ainda são sub-representadas em cargos de poder e liderança.

O Rio de Janeiro é o estado mais feminino do Brasil segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A RMRJ, porém, apresenta uma sub-representação de mulheres nas câmaras de vereadores. Foi verificado que em alguns municípios não existem mulheres ocupando cargos de vereança. Ao analisarmos a proporção de vereadoras eleitas com a quantidade de mulheres em idade de pleito, notamos um número muito baixo na proporção.

O presente trabalho analisa a proporção de mulheres vereadoras pela quantidade de mulheres em idade de votar nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, para tal, utilizamos os dados do último censo do IBGE e os dados disponíveis nos sítios eletrônicos das Câmaras de Vereadores de cada município.

A população foi delimitada entre as idades de 16 e 69 anos, pois com 16 as jovens já podem votar e, a partir dos 70 anos o voto é facultativo. A utilização da população feminina em idade de voto é para evidenciar as possíveis discrepâncias no que tange a representatividade feminina na política, colocando em paralelo as populações femininas totais de cada município da região metropolitana e a quantidade de mulheres exercendo a vereança nestes municípios. As cotas de mulheres para incentivar a participação feminina nos pleitos foi um importante avanço para a cultura política do nosso país. Ainda assim, a participação e eleição de mulheres nos cargos de vereadora ainda não atingiu uma proporção paritária com a representação masculina, quer dizer, ainda enfrentamos estereótipos de gênero muito fortes na nossa sociedade, a política partidária ainda é um espaço predominantemente masculino.

A luta da participação feminina na política não é novidade, antes do voto feminino ser sancionado por Vargas em 1932, já havia no Brasil, um movimento de mulheres dispostas a participar da vida política. Em 1918, foi criado o Partido Republicano Feminista, o qual buscava a inserção das mulheres na política. (Sampaio et al, 2016) As cotas de gênero foram debatidas, primeiramente, na Europa em 1986, no Brasil este debate chegou em 1995 quando o país adotou medidas debatidas na Conferência Mundial sobre a Mulher que ocorreu em Beijing.

O Brasil possui um regime democrático sem pluralidade na representação política, a política ainda é um campo dominado por homens e com uma visão ainda muito estigmatizada sobre as mulheres e a participação política. A diversidade de gênero garante uma diversidade de políticas públicas e de direcionamento de investimento público. (Sampaio et al, 2016).

Interseccionalidades em prática: a violência contra a mulher no município do Rio de Janeiro

Samara Ruzza som Luciano

A violência contra a mulher (VCM) é um problema social no contexto histórico brasileiro (e global), o qual tem como um de seus elementos a diferenciação de papéis sociais de gênero atrelados, constituindo a perspectiva masculinizada como predominante quando se observam as dinâmicas de formulação de políticas públicas que delimitam o seu enfrentamento. O objeto do presente trabalho recai no problema da Violência Contra a Mulher, o qual consiste em uma forma de violação dos direitos humanos, limitador da capacidade de cidadania feminina nos espaços público e privado. Esta forma de violência se reproduz majoritariamente em contextos interpessoais, principalmente por meio da violência doméstica e familiar e do feminicídio, contudo pelo seu alicerce na desigualdade estrutural de gênero, ela se caracteriza também como um fenômeno transversal.

Nesse contexto, são empregadas a teoria do ciclo da violência para analisar a violência doméstica e outros apontamentos fundados na perspectiva feminista acerca da temática da violência contra a mulher, feminicídio e a interseccionalidade para compreender como esse problema público se manifesta simultaneamente com outras formas de desigualdade social, influenciando o acesso efetivo às políticas públicas de combate. A finalidade principal é compreender como o município do Rio de Janeiro executa a rede de políticas públicas de enfrentamento à VCM a partir do ciclo de violência doméstica e da interseccionalidade e seus os impactos na prevenção das dinâmicas

letais. O município do Rio de Janeiro é selecionado como objeto de pesquisa sob a justificativa da sua característica de metrópole de projeção internacional que exemplifica a interseccionalidade através da sua distribuição territorial, raça e gênero.

Por meio de uma metodologia qualitativa e documental, como uso de estatísticas e banco de dados, o objetivo geral do trabalho, é a análise da implementação da rede de políticas públicas de combate à violência contra a mulher no município do Rio de Janeiro, considerando o ciclo da violência doméstica, a interseccionalidade e seus efeitos na prevenção de situações letais.

Os resultados alcançados pela pesquisa incluem uma alta incidência de letalidade em baseadas em identidades sociais que são impactadas pela desigualdade interseccional que inclui a identidade social de raça, gênero e território e os desafios operacionais na integração federativa durante a implementação da rede de enfrentamento no município e os impactos no prolongamento de uma desigualdade interseccional.

As limitações se situam no acesso pleno às informações em relação ao atendimento de forma material, uma vez que diversos equipamentos foram integrados ao final do recorte temporal estabelecido pela pesquisa. A contribuição social dos resultados apresentados é ampliação da discussão sobre os desafios institucionais e sociais para a formulação de políticas públicas de enfrentamento à VCM na cidade do Rio de Janeiro a partir da apresentação de um perfil interseccional de vitimização da mulher carioca.

Territórios da maternidade: notas e apontamentos sobre maternidades marginalizadas

Vitória de Oliveira Tavares

Uma mulher vivendo em situação de rua está suscetível a diversas violências, principalmente as que são provenientes da ação direta do Estado, inclusive a negação do exercício da parentalidade- o que revela o biopoder presente nessas relações. Mulheres-mães que estão em

situação de rua sofrem com a invisibilização dos seus corpos mesmo que estejam em espaços ditos públicos, tendo suas existências maternas igualmente marginalizadas. Em territórios permeados por conflitos, contradições e guerras, ocorre a olho nu a desumanização das pessoas e do espaço.

Portanto, a presente pesquisa pretende sistematizar experiências de ser mãe no espaço-tempo da violência, ser mãe em territórios de insegurança do período técnico científico informacional – ser mãe em situação de rua. Perguntas como quais são os impactos do exercício da maternidade nestes territórios e corpos marginalizados, quais territórios e corpos têm permissão efetiva para serem corpos e territórios da maternidade? Nesta presente pesquisa, penso o espaço como fruto da intencionalidade e o corpo como território. Neste sentido, há muito o que pensar acerca de geografia e psicanálise, também, para entender o corpo como território. A teoria psicanalítica winnicottiana, que já deixo aqui indicada minha crítica, trabalha o entendimento da maternidade e desenvolvimento infantil sob conceitos como os de mãe suficientemente boa e mãe ambiente. Sem esforço percebemos o caráter masculinista dessas definições, porém, se as subvertemos nos são úteis, pois afirmam o caráter geográfico dos nossos corpos - em especial a ideia de mãe ambiente: não concordo que a mãe seja exclusivamente a única possibilidade de pessoa espaço de desenvolvimento de seus filhos, no entanto, no imaginário ocidental, a mulher é o gênero apto aos cuidados. Neste panorama de sacralização da maternidade suficientemente boa, nos deparamos com dados quantitativos e qualitativos que indicam a privação do exercício da parentalidade por mulheres em situação de rua. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação que mulheres que são mães e gestantes têm com o espaço da rua de Nova Iguaçu; e, os objetivos específicos são: 1. construir junto às mulheres que eventualmente participem da pesquisa oficinas artísticas que possibilitem a expressão das suas relações com a cidade de Nova Iguaçu, bem como de suas vivências de maternidade; 2. produzir registros artísticos e relatos de vivência que expressem a busca por acesso à moradia digna, ao trabalho digno e a uma vida digna por mulheres que são mães/gestantes e estão em situação de rua; 3. elaborar coletivamente uma cartilha que expresse como mulheres-mães e gestantes em situação de rua gostariam de ocupar no mapa da cidade de Nova Iguaçu. É importante salientar que até agora as

possibilidades de contato com as mulheres que pretendo construir conjuntamente esta pesquisa estão amparadas no acompanhamento do cotidiano dos espaços de apoio à população em situação de rua. Pretendo começar esta pesquisa através destas conexões e a partir delas ampliar meu entendimento da questão, pois acredito que para se produzir conhecimento academicamente seja necessária a aproximação com a experiência vivida e, neste sentido, a metodologia urge ser sempre revista e repensada e reconstruída junto com o grupo pesquisado. Considerando isso, até mesmo os objetivos podem mudar. Referenciando a geógrafa Talita Gonçalves, se as mulheres estão em movimento, a pesquisa também deve estar.

O luto como capital político: as redes de mães de vítimas de violências do Estado na cidade do Rio de Janeiro

Viviane Nascimento de Oliveira

O trabalho teve por objetivo analisar os processos de formação e atuação política das redes de mães e familiares de vítimas de violência de Estado. Esses grupos são formados majoritariamente por mulheres negras, periféricas, com baixa escolaridade que perderam filhos de forma abrupta em seus territórios de origem. É pela força do simbolismo que envolve a figura de mães em luto e pelas articulações intra e extracomunitárias que formam capital social para incidirem politicamente.

A pesquisa foi desenvolvida de maneira transdisciplinar, uma vez que as bases para análise englobam conceitos e estudos que atravessam diferentes áreas do conhecimento. Partiu-se da hipótese de que as redes se organizam e se consolidam a partir da perda repentina e brutal de seus entes queridos em consequência da violência de Estado, e que se tornaram agentes sociais para atuação coletiva em torno também de pautas mais gerais ou afins, entendendo que a articulação se ampliou englobando não apenas os temas da violência urbana, mas pressionando a atuação estatal para a garantia de direitos fundamentais, como a vida, e sociais, tais como emprego e renda,

acesso à educação e saúde, moradia digna, entre outras pautas. Para o desenvolvimento, foram realizadas entrevistas com 10 mulheres fundadoras ou participantes de grupos de mães, de diferentes comunidades, com idades entre 40 e 69 anos, com históricos distintos de engajamento na luta por justiça. Foram analisados também dados oficiais, documentos, literatura afim e reportagens, assim como a observação de eventos públicos com a presença de mães e familiares de vítimas do Estado.

O trabalho foi dividido em três eixos, um que trata sobre o Estado como ente, sua relação com a formação violenta e excludente da cidade do Rio de Janeiro, a economia da violência, o direito dos moradores de favelas a serem considerados parte estruturante da cidade e a gestão de corpos e territórios a partir da prerrogativa estatal de monopólio da violência. O segundo eixo discute os aspectos do luto, do poder simbólico, a formação de capital social comunitário e o direito à lamentação pública de uma morte violenta. O terceiro traz o perfil socioeconômico das mães militantes, seus relatos sobre a relação com o Estado, formas de organização, estratégias, assim como objetivos e vitórias alcançadas.

A partir das análises é possível constatar as dificuldades para que essas mulheres mantenham o ativismo, ao mesmo tempo em que são protagonistas da busca por justiça. Historicamente, a luta pela responsabilização do Estado diante de violações de direitos é tocada por mulheres na América Latina. As mães participantes desta pesquisa apontam que os danos à saúde física e mental são presentes e, por vezes, incapacitantes. No aspecto social, o desemprego é a principal barreira, pois há impossibilidade de manter um emprego formal enquanto participam de manifestações, realizam investigações particulares e pressionam o Poder Público pela resolução dos casos e responsabilização dos envolvidos. Apesar de todos os obstáculos estruturais, o movimento de mães de vítimas tem se fortalecido de modo orgânico como agente político de relevância. Muito se deve ao conhecimento adquirido na militância e na disseminação para dentro dos territórios da conscientização com relação a direitos e representação. Elas não querem ser apenas ouvidas, mas também participar da construção de políticas públicas e decisões que impactem em suas vidas e suas comunidades.

Conferências e Mesas Redondas

Adriana Gomes do Nascimento

Professora e pesquisadora, formada em Arquitetura e Urbanismo, Mestre em Urbanismo, Doutora em Planejamento Urbano e Regional. É líder do Grupo de Pesquisa A.T.A. desde 2010, integra o Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas, é uma das fundadoras do Programa Interdepartmental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Colabora com os Grupos de Pesquisa MALOCA

Agostina Costantino

Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas. Bacharel em Economia (UNS-Argentina), Mestre em Ciências Sociais (FLACSO-México) e doutorado em Ciências Sociais com especialização Investigação em Ciência Política (FLACSO-México). Experiência docente em universidades argentinas e mexicanas. Ela é especializada em pesquisa e desenvolvimento de recursos naturais e economia política latino-americana. Ele publicou em vários jornais da América Latina e de outras regiões (como os Estados Unidos ea Índia), ele participou como autor de capítulos de livros, tanto na Argentina e no México; Ele foi coordenador do livro De la democracia liberal a la soberanía popular (2015) e co-autor do livro El complejo agroalimentario pampeano (1976-2012). Estructura económica, dinámica política y trayectorias sociales (2013). Parte do Sociedade de Economía Crítica (SEC) da Argentina. No conselho editorial da revista Cuadernos de Economía Crítica.

Barbara Aires

Travesti, ativista! Está secretária na Coordenação de Equidade, Diversidade, Inclusão e Políticas Afirmativas da Fiocruz, CEDIPA/PR. Foi criança de rua, profissional do sexo, produtora e consultora de TV, assessora parlamentar, candidata a Dep. Estadual em 2018 e é Consultora de Gênero e Diversidade, comunicóloga, atriz, educadora social e digital influencer com mais 70k no Instagram @tbarbaraaires. Foi produtora e consultora da série “Quem Sou Eu”, do Fantástico. A série inspirou o livro “Trans”, escrito por Renata Ceribelli e Bruno Della Latta, o qual conta a história de Bárbara Aires, que escreveu o prefácio. Militante e Ativista Travesti, foi Presidente da ASTRA, Conselheira Estadual LGBT, participou de 2 processos de conferência de direitos humanos LGBT, 2011 e 2015, tendo participado como delegada nos dois anos na Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT. Ministrou mais de 100 palestras em escolas, faculdades, universidades e empresas, como Petrobras, FGV, UERJ, UFRJ, entre outras.

Cristina Fernandes

Psicóloga clínica e jurídica, Mestre em Serviço Social. Mediadora de Conflitos. Atuo há mais de 20 anos no atendimento e enfrentamento das violências interpessoais, considerando a perspectiva geracional e de gênero e coordeno o CIAM Márcia Lyra / SEM.

Daniela Martins Pereira Barbosa (Dani Luz)

Educadora, professora da rede pública de ensino de Nova Iguaçu, mãe solo. Exerce ações socioambientais, educacionais e culturais em territórios de periferia. Criadora da feira Multicultural Utopia e do Coletivo Poesia em Trânsito. Coordenaora de projetos socioambientais, educacionais e culturais do Coletivo Popular Pantanal Iguaçuano. Participou da equipe de produção do evento Palavras e Maravilhas e possui experiência na área técnica de saneamento, no gerenciamento e manutenção de estações de tratamento de esgotos domésticos e industriais. Acredita que a Educação, o afeto e a arte são grandes aliados na sensibilização, transformação e desenvolvimento da cultura de paz em territórios periféricos.

Diana Helene Ramos

Mãe, feminista e professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL; da pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social da UFRJ, e da pós-graduação Dinâmicas do espaço habitado da PPGAU FAU UFAL. Desde 2004, atua junto a movimentos sociais de mulheres, moradia e trabalho, que são a base de sua atuação como professora, pesquisadora, extensionista e educadora popular. Em 2016, ganhou o prêmio Capes 2016 de melhor tese na área do Planejamento Urbano e Regional. Atualmente atua como professora de graduação no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRRJ, por meio de um acordo técnico interinstitucional.

Edite Moraes

Professora da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itaguaí. Doutoranda e Mestre em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ/PPHR. Bolsista no TED - Termo de Execução Descentralizado, firmado entre o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o IT - Instituto de Tecnologia da UFRRJ/FAPUR para a Regularização Fundiária da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Membro do LAHIRP/UFF - Laboratório de História Rural e Patrimônio da Universidade Federal Fluminense.

Damião Esdras de Araújo Arraes

Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA). Lidera o grupo de pesquisa Cnpq "Sertões-amãaé". Integrante dos grupos "Paisagens Híbridas" (EBA/UFRJ) e "Arqueologia da Paisagem"(Cnpq-FAUUSP). Foi pesquisador de pós-doutorado em Filosofia (na área de Estética), com bolsa FAPESP, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Entre junho/2019 e

maio/2020, realizou estágio de pós-doutorado na Freie Universität Berlin (Peter Szondi-Institut für AVL), também com bolsa FAPESP, e supervisão do Prof. Dr. Michael Gamper. Tem doutorado em Ciências pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP, 2017), na área de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, e orientação da Profa. Dra. Beatriz P. Siqueira Bueno. Em 2016 concluiu pesquisa de estágio doutoral no exterior (BEPE/FAPESP, processo 2015/07757-5), na Universidade do Algarve (UAlg), com supervisão da Profa. Dra. Renata Malcher de Araujo. De outubro/2015 a abril/2016 foi pesquisador visitante no CHAM (Centro de Humanidades) da Universidade Nova de Lisboa. Em 2012, obteve o título de mestre em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na área de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2006). Atua principalmente nos seguintes temas: decolonialidade, teoria e história da arquitetura, do urbanismo e da paisagem, estética e patrimônio dos sertões do Nordeste.

Esdras da Silva

Possui graduação em AGRONOMIA pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2011) e mestrado em Agronomia (Ciências do Solo) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2014). Atua nos movimentos sociais: Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais de Japeri, Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Japeri, Fórum Popular Permanente de Japeri e na Rede Popular de Vigilância em Saneamento e Saúde.

Flávia Nascimento

Defensora Pública, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) da Comarca de São Gonçalo (atuação pela defesa da mulher/ da vítima). Atualmente, está à frente da Coordenadoria de Defesa dos Direitos das Mulheres (Comulher) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ). Especialista em Gênero e Direito pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) e em Relações jurídicas Étnico-Raciais e Gênero: Ferramentas Teórico e Práticas em Perspectivas emancipatórias e Teoria Crítica do Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pela UERJ.

Henrique Dias Sobral Silva

Sou doutor em História pela UFMG (2022), mestre na mesma área pela UFRRJ (2017), especialista em Teologia (2022), licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015), fui professor em escolas rurais e em iniciativas populares de educação nas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Atualmente sou coordenador de licenciatura em Ciências Sociais na Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Ademais, produziu livros didáticos e materiais complementares para o ensino superior (Faculdade ÚNICA - Grupo Prominas). Tenho experiência na área de História e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História Social e Política, Políticas agrárias no Governo Vargas, Metodologia Científica, Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância, Prática Docente, Juventudes e Cultura Escolar.

Iliana Mignaqui

Mestre em Urbanismo e Planejamento Territorial, Institut d'Urbanisme de Paris, Université de Paris XII; Especialista em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo (FADU – UBA); Especialista em Restauração de Monumentos Arquitetônicos e Centros Históricos, Collegio degli Ingegneri na Toscana; Arquiteta–Urbanista, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Nacional de La Plata. Professora e Pesquisadora no Instituto de Geografia, Faculdade de Filosofia e Letras da (FFyL – UBA); Professora titular do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional e em Políticas Territoriais e Ambientais (FFyL – UBA). Foi Diretora do Programa de Pesquisa Urbanismo e Cidade (1998 – 2019) da FADU – UBA; presidente da Sociedade Argentina de Planejamento Territorial (SAPLAT) no período de abril de 2021 a abril de 2023; assessora da Câmara dos Deputados da Nação, da Assembleia Legislativa do Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires; Vice-Presidente da Corporação Buenos Aires Sur – Corporação Estatal, do Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires e assessora e consultora de vários governos municipais na Argentina. Membro do Conselho Profissional de Arquitetura e Urbanismo da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Joyce Alves

Possui graduação em Letras (USP) e em Pedagogia (Uninove); Mestrado em Letras pela USP; especialização em Arte-educação pela UnB e Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela USP. Professora do Departamento de Educação e Sociedade (DES) e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis e Coordenadora da Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/raça e Inclusão (CPID). É membra da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC). É líder do LEGESEX - Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (UFRRJ/CNPq). Suas investigações versam sobre corpos, sexualidades e gênero na escola, na perspectiva da Educação em Direitos Humanos.

Karine Bueno Vargas

Graduada em Geografia (bacharelado/licenciatura) pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Mestre e Doutora em Geografia (Análise Ambiental e Regional) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM. Atualmente é professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO e Professora Convidada do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Pedagógica e Tecnológica da Colômbia - UPTC. É vice coordenadora do Laboratório Integrado de Geografia Física Aplicada (LIGA), e coordena o Grupo de Estudos em Biogeografia e Dinâmicas da Paisagem e o Programa de Extensão Guarda Compartilhada Flona Mário Xavier. É associada a Associação Brasileira de Biogeografia - ABBIOGEO. Possui experiência em Geografia Física e atualmente se dedica as seguintes áreas: Biogeografia, Gestão de áreas protegidas, Educação Ambiental e Ensino de Geografia Física.

Leila Barsted

Advogada, Professora, Fundadora e Diretora Executiva da CEPIA (cidadania, estudo, pesquisa, informação e ação).

Lucia Silva

Doutora em História Social com pós-doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Atualmente é Professora Associada do curso de História, campus Nova Iguaçu, e Docente Permanente do PPGDT (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988); Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002); pós-doutoramento em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Urbana, atuando principalmente com história do urbanismo. Pesquisa atualmente os seguintes temas: Administração pública e planejamento urbano na Baixada Fluminense e história da urbanização da Baixada Fluminense. Autora dos seguintes livros: História do Urbanismo no Rio de Janeiro, Luzes e sombras na cidade: no rastro do castelo e da praça Onze, Memórias do urbanismo no Rio de Janeiro

Marcio Rufino Silva

Doutor em Geografia Humana e Pós-Doutorado em Geografia pela USP. Professor Adjunto e pesquisador permanente do PPGGEO da UFRRJ, atuando no Departamento de Geografia, no Instituto de Geociências. Coordena o grupo “Para uma crítica da Economia Política do Espaço”, sediado na UFRRJ, e participa do grupo de pesquisa “Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano”, sediado na USP. Conduz suas pesquisas nos seguintes temas: urbanização crítica, territórios e territorialidades, fronteiras urbanas, cotidiano e vida cotidiana, metropolização, planejamento urbano e crítica à economia política.

Maria Lúcia Gomes dos Santos

70 anos, Bacharel em Filosofia, encerrando Licenciatura em História, Ativista em Movimentos Sociais, tais como Movimento Negro Nacional-APNs, Fórum de Mulheres Negras, Conselheira em 4 conselhos em Seropédica, sou de Matrizes Africanas, tenho um Projeto Social-ICRAB que lida com pessoas em situação de vulnerabilidade e os coloca no acesso à justiça no Território.

Mirella Saldaña Almazán

Ingeniera en Sistemas Computacionales por el Instituto Tecnológico de Acapulco, Maestra en Administración y Doctora en Ciencias Ambientales por la Universidad Autónoma de Guerrero. Cuenta con Diplomados: Investigación en Salud (2006), Prácticas Innovadoras en el Proceso de Enseñanza Aprendizaje en Modalidad Multimodal (2018), Educación Inclusiva: Construyendo un Aprendizaje Para Todos (2018), Competencias Digitales para la Docencia (2021), Derechos humanos y la Defensa de la Sociedad, el Territorio y el Medio Ambiente en el México de Hoy (2021) y el Diplomado Internacional para la Calidad en Gobierno (2022). Ha publicado artículos

en español e inglés en revistas nacionales e internacionales y capítulos de libro sobre líneas de investigación sobre el comportamiento pro ambiental, y educación ambiental. Ha realizado estancias de investigación: una nacional a Ciudad Juárez y dos estancias internacionales en Cuba y España. Organizadora de Campañas Sociales como “Donación de Tapitas, ayudando y reciclando”, “Limpieza de playas”, “Caravana de Sonrisas”, “Educación Ambiental para todos” y “Carava del Cine”. Ha participado como ponente y organizadora en Congresos nacionales e internacionales. Ha realizado gran número de cursos y talleres en los temas de Residuos sólidos, Educación Ambiental y herramientas de aprendizaje “TIC”. Reconocimiento al Perfil Deseable PRODEP. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Miembro del Padrón Estatal de Investigadores del estado de Guerrero. Miembro del Padrón Estatal de Docentes Investigadores. Actualmente es Profesora-Investigadora de Tiempo Completo en el Centro de Ciencias de Desarrollo Regional de la Universidad Autónoma de Guerrero y directora del mismo. Coordinadora General de Reto UAGro y creadora de contenido digital de educación ambiental del canal de divulgación Studio Verde.

Pablo Ciccolella

Doutor em Geografia, Ordenamento Territorial e Urbanismo, Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III). Licenciado em Geografia, Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL). Profesor em Geografia, Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Filosofia e Letras FFyL). Diretor do Mestrado em Políticas Ambientais e Territoriais, da Universidade de Buenos Aires, desde 2007. Diretor do Programa de Desenvolvimento Territorial e Estudos Metropolitanos (PDTEM), Instituto de Geografia, FFYL, UBA. Profesor Consultor Titular, Departamento de Geografia, FFYL, UBA. Profesor Visitante, PP GEO-UERJ. Docente-investigador, Categoria I, Programa Nacional de Incentivos. Coordenador Geral do Programa de Desenvolvimento Econômico-Territorial, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Governo da Cidade de Buenos Aires, 2001-2004. Consultor Coordenador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Projeto de Reforma do Estado do Gobierno da Cidade Autónoma de Buenos Aires, 2001-2004. Consultor, Banco Mundial, BID, CAF e outros organismos internacionais e nacionais em mais de 40 estudos sobre desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, análise de projetos de investimentos, visão de negócios, infraestrutura e produção.

Paulo César da Conceição

Coordenador Estadual do Serviço de Educação e Responsabilização do Homem – SER H

Sessões Temáticas

- Abdul Luis Hassane** Doutorando em Geografia pela UERJ, área de concentração Ensino, Território e Ambiente. Mestrado em Ciências Ambientais na Universidade Federal do Amazonas-Brasil (2021). Pós-Graduação em Especialização e Aperfeiçoamento em Metodologia de Pesquisa Científica no Ensino Superior: Teoria e Prática na Universidade Federal do Amazonas-UFAM (2019). Graduação em Licenciatura em Ensino de Geografia e Turismo pela Universidade Pedagógica de Moçambique-UP (2013).
- Ana Carolina Cruz Morais Aguiar** Mestranda no Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (2021). Possui experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento, mobilidade urbana, cidade de Niterói, sustentabilidade, subúrbio do Rio de Janeiro.
- Ana Cláudia da Silveira Aleixo** Graduada em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro desde 2015. Foi bolsista do Programa de Ensino Tutorial em História- PET-História. Servidora pública, técnica em assistente em administração na UFRRJ.
- Ana Maria Araujo da Silva** Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (UFRRJ). Especialista em Administração em Gestão Pública, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Servidora da UFRRJ, na Coordenação Geral de Contabilidade.
- Ananda Meinberg Bevacqua** Mestranda pelo PPGDT/UFRRJ. Licenciada e Bacharel em ciências biológicas e ambientais, Universidade Santa Úrsula.

Bruna Soloina Monteiro Machado Mestranda em Geografia pelo PPGGEO/UFRRJ na área ambiental e de geoprocessamento. Graduada em Geografia- bacharelado pela UFRRJ. Foi bolsista de iniciação científica [CNPq 2018-2021], desenvolvendo a pesquisa "Rota Cervejeira do Rio de Janeiro: Estudo de caso a partir da cidade de Nova Friburgo- RJ". Membro do Grupo de Pesquisa Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea, vinculado ao LAGEP - Laboratório de Geografia Política e Econômica [DGG/UFRRJ].

Clara Maduell Gómez Bacharel (2015) e Licenciada (2020) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou mobilidade acadêmica de graduação em Antropologia e Ciência Política pelo Grupo Montevideo na Universidade Nacional de Rosário, Argentina (2012). Mestre (2018) em Antropologia Social na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutoranda em Antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Dinaldo Barbosa Silva Júnior Professor da Universidade Federal de Campina Grande (BRASIL) e da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional (BRASIL). Doutor em Direitos Humanos, Democracia e Justiça Internacional pela Universidad de Valencia (ESPAÑA). Linhas de atuação: Ensino, Penitenciária, Violência, Direitos Humanos e Segurança Social. Historiador.

Fabília Sousa Montenegro Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba. Vice-diretora do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias CCHSA/UFPB. Doutorado em Educação na Universidade de Valência, Espanha. Mestrado em Políticas Públicas de Educação pela UFPB, Especialização em Educação e graduação em Pedagogia pela UFPB, com área de aprofundamento em Orientação Educacional e Supervisão Escolar.

Francis Lúcia Firmino Araújo Doutoranda pelo PPGDT/UFRRJ; Mestre em Atenção Psicossocial /UFRJ

Kaline de Oliveira Lyrio Mestranda no Programa de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Advogada com ampla experiência em Direito Público. Atualmente é superintendente jurídica da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

- Luany Barros e Xavier** Mestranda pelo PPGDT/UFRRJ. Analista de Políticas Públicas pela UFRGS, em 2022. Estagiária no Departamento de Desenvolvimento Agrário, Pesqueiro, Aquícola, Indígenas e Quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul, 2021-2022. Servidora pública na área de educação especial no Município de Gravataí, RJ. Intercambista na Universidade Nacional de Itapúa no Paraguai, sendo contemplada no Edital do Programa Escala AUGM no ano de 2019.
- Maiara Rabello Pereira** Estudante de Geografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisadora do Laboratório integrado de Geografia Física Aplicada (LiGA/UFRRJ). Experiência na área de Geociências, com ênfase em Geotecnologias, atuando principalmente nos seguintes temas: unidade de conservação, educação ambiental, trilhas ecológicas e espaço não formal de ensino.
- Maria Isabel Bueno da Costa** Mestra pelo PPGDT/UFRRJ (2023). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Grande Rio (2018). , atuando principalmente nos seguintes temas: territorialidades e políticas públicas.
- Martinho F. Guimarães de Oliveira** Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá - PPGEU/UNIFAP. Desenvolve pesquisas na área de: políticas de desenvolvimento regional no Amapá e na Amazônia; e microcrédito produtivo orientado. Graduado em ciências sociais pela UNIFAP, 2010. Graduado em administração, com habilitação em gestão/sistema de informação, pelo Instituto de Ensino e Cultura do Amapá.
- Naomy Campobelo F. da Silva** Formanda de direito na UFRJ, bolsista de graduação CNPq por um ano e bolsista Biext também por um ano
- Paulo Zuzarte Ferreira** Doutorando pelo PPGGEO e Mestre pelo PPGDT/UFRRJ; Formado em Direito, Tecnologia e Controle Ambiental, Especialista em: Engenharia Sanitária; Engenharia Ambiental; Direito Ambiental; Sistemas de Gestão Integrada; e Educação Ambiental. Atua como Analista Ambiental no INEA. Advogado Ambientalista; Consultor Ambiental e Tutor da disciplina de Direito Ambiental na Fundação CECIERJ/CEDERJ no curso de Biologia da UERJ.

- Pedro de Matos Gonçalves** Graduação em Turismo pela Universidade Estácio de Sá (2001). Fiscal Ambiental da Prefeitura Municipal de Resende, atuando na AMAR (Agência Municipal do Meio Ambiente de Resende) e nos Conselhos de Participação Social da APA da Serrinha do Alambari (Resende -RJ), na área de Visconde de Mauá (RJ) e na Câmara Temática de Montanhismo e Ecoturismo do Parque Nacional do Itatiaia (PNI).
- Rodrigo Emanuel de S. Almeida** Doutorando em Estudos Urbanos e Regionais, UFRN. Professor de Geografia vinculado a Prefeitura Municipal de Mossoró. Mestre em Geografia pela UERN. Pós-graduando em Atendimento Educacional Especializado na Diversidade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade - NEGEDI/ IFRN. Licenciatura em Geografia pela UERN. Bolsista no Programa Residência Pedagógica - RESPED/CAPES (2018-2020).
- Samara Ruzza Som Luciano** Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ. Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem experiência na área de Ciências Sociais Aplicadas, com ênfase em Administração Pública e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Gênero, violência contra a mulher, políticas públicas e desenvolvimento territorial.
- Vanderlan Lopes de Souza Filho** Doutorando no PROARQ/UFRJ; Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas também pela UFRRJ (2022), Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRRJ (2017). Professor Assistente no Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Atuou como analista de planejamento em empresa de telecomunicações, com geoprocessamento (2022-2023).

Vitória de Oliveira Tavares

Graduação em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora de apoio no Núcleo de Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde - NEEPEs, na Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: territorialidade, geografia, espaço corporificado, maternidade, raça, classe e gênero.

Viviane Nascimento de Oliveira

Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Jornalista e radialista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui especialização em jornalismo cultural pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é jornalista no Criar Brasil e repórter da editoria Rio de Janeiro da Rede TVT - TV dos Trabalhadores. Tem experiência na área de produção de conteúdo textual e audiovisual (redatora, roteirista, repórter, apresentadora e produtora) multimídia, com ênfase em direitos humanos, políticas públicas, gênero e comunicação popular.

Wagno Sergio

Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos - CEFET RJ; Pós graduação em turismo sustentável - CEFET RJ; Graduação em Gestão em turismo - CEFET RJ (2015); Graduação em Ciências biológicas, Centro Universitário Claretiano; Pós graduando em Neuropsicopedagogia institucional, clínica e hospitalar, Faculdade Dynamus de Campinas, FADYC; Professor temporário da FAETEC. 2018/2019; Professor voluntário da Ong Criar e transformar; Extensão universitária, UFSC.



UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO



PROPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação



PPGDT

